

Folha Nacional

Outubro de 2022 | Trimestral | Ano 1 | 1ª Edição | 1,00€ CONT. (PVP C/IVA)

www.folhanacional.pt

POLÍTICA.

Os cromos da caderneta de um governo incompatível

// pág. 09

INTERNACIONAL.

A corrupção ganhou e o Brasil ficou dividido

// pág. 24

A DEPUTADA EXPLICA Qual é o perigo da ideologia de género?

por Rita Matias // pág. 13



SUBVENÇÃO DOS PARTIDOS VAI AUMENTAR BRUTALMENTE EM 2023

SÓ O CHEGA É CONTRA

// pág. 04



ALIMENTOS CADA VEZ MAIS CAROS DEIXAM FAMÍLIAS EM DESESPERO

// pág. 22



ENTREVISTA. "A DIREITA FOFINHA ESTÁ SEMPRE A FAZER HOMENAGENS AOS CAPITÃES DE ABRIL"

Jaime Nogueira Pinto // pág. 15



NACIONAL. IMIGRAÇÃO DESCONTROLADA AMEAÇA PORTUGAL

// pág. 11

MUNDO. OS CRISTÃOS ESTÃO A SER MORTOS E NINGUÉM SE IMPORTA

// pág. 28

sumário



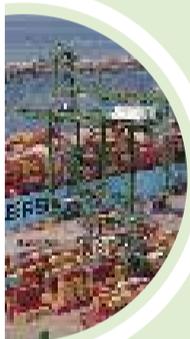
Os cromos especiais da caderneta de um governo incompatível

// pág. 08



O trabalho dos autarcas do CHEGA e o processo Mortágua que não anda

// pág. 14



Sines, o eterno projeto rentável adiado

// pág. 19



As batalhas que o CHEGA tem travado para poder ajudar os portugueses

// pág. 21



Viktor Orbán, a pedra no sapato de Bruxelas

// pág. 26



Na África do Sul matam-se brancos. Não é racismo?

// pág. 31

editorial

A verdade acima de tudo!

A comunicação social quer-se livre, independente e isenta para que uma nação tenha cidadãos informados, cultos e capazes de fazer as suas escolhas em plena consciência.

Direção do Folha Nacional

No tempo da 'outra senhora', a imprensa não era livre. Os agentes da PIDE, de lápis azul em punho, rasuravam toda a informação que não era favorável ao regime, condicionando, desta forma, o conhecimento de toda uma nação.

Os jornalistas de então, furiosos com a atuação do Estado, eram criativos e acontecia, por vezes, conseguirem publicar notícias que, os mais entendidos, conseguiam ler nas entrelinhas.

Depois veio o 25 de Abril, com tudo de bom e de mau que trouxe e a imprensa pôde então dizer que era, finalmente, livre.

E é nesta utopia que vivemos até aos dias de hoje. Jornais, rádio e televisão gritam aos sete ventos que são independentes e isentos, mas na prática todos sabem que essa afirmação não corresponde à verdade.

Pedimos aos leitores que façam uma pequena reflexão: quantas vezes já viram escrita a expressão extrema-direita quando os jornalistas se referem ao CHEGA? E quantas vezes já viram escrita a expressão extrema-esquerda quando os mesmos profissionais se referem ao Bloco de Esquerda e ao PCP?

Isentos, dizem eles.

Caros leitores, fazem ideia de quantos anos passaram até que o presidente do CHEGA fosse convidado para a Grande Entrevista da RTP, a estação pública de televisão paga com o dinheiro de todos nós? Já pararam para pensar na quantidade de pessoas que têm carteira de jornalista – repetimos, carteira de jornalista – e escrevem artigos para jornais e rádios a enxovalhar o CHEGA, os seus dirigentes e militantes?

Isentos, dizem eles.

Já se aperceberam como são noticiadas as agressões a polícias? Já repararam como a imprensa nunca identifica a etnia cigana quando se trata de crimes cometidos, mas usam a expressão "cigano" quando a notícia favorece esta comunidade?

Isentos, dizem eles.

Um povo que vive com uma comunicação social enviesada e parcial

não está verdadeiramente informado. A retórica diária e constante a que é sujeito desenvolve uma perceção errada da realidade, uma realidade que tem sempre a esquerda e a extrema-esquerda como heróis e a direita como vilões. É por essa razão que são raras as notícias sobre os projetos que o CHEGA apresenta na Assembleia da República, porque os jornalistas querem passar a imagem de que os deputados do CHEGA não têm valor absolutamente nenhum. Porém, quando há questões internas, os jornalistas aparecem de imediato sempre muito interessados em noticiar os factos – mas só os que lhes convêm.

As redações são compostas, na sua larga maioria, por jornalistas (ou devemos dizer militantes) de esquerda. Há que dar os parabéns ao Bloco de Esquerda que, ao longo dos últimos vinte anos, conseguiu colocar os seus tentáculos em áreas vitais para o regime democrático: o ensino e o jornalismo.

Nas escolas, os miúdos são alvo de uma lavagem cerebral político-histórica sem se aperceberem. Crescem e desenvolvem a sua personalidade com base numa demagogia que lhes é imposta e ensinada como sendo a verdade única e absoluta.

E esta lavagem cerebral continua fora da escola com o papel que estes jornalistas desempenham na construção da sociedade.

A esquerda passa, assim, de controlar um pequeno nicho de estudantes para controlar a mente de todo um país.

É para combater esta realidade penosa e degradante que nasce o Folha Nacional.

Nós temos como missão noticiar o que a imprensa tradicional não noticia. Não usamos subterfúgios de linguagem com medo de ferir suscetibilidades e não enviesamos as notícias.

Queremos, acima de tudo, libertar os portugueses do controlo mental implementado pela esquerda e mostrar-lhes a realidade do país para que, assim, possam, efetivamente, votar em plena consciência.

A Direção do Folha Nacional



04

subvenções políticas

Partidos vão receber mais dinheiro em 2023

VERG

Pensionistas vão perder rendimentos

As subvenções para os partidos políticos vão aumentar ao nível da inflação, ao contrário dos pensionistas, que se ficam pela metade do aumento. Os partidos políticos vão receber mais dinheiro no ano que vem, tendo em conta que a fórmula de cálculo das subvenções vai ser atualizada de acordo com a inflação. Ou seja, como o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) sobe de 443,20 euros para 478,70 euros em 2023, temos o valor de subvenção a aumentar de forma substancial. Mas vejamos de forma mais aprofundada.

A fórmula de cálculo do financiamento anual dos partidos consiste no valor do IAS a dividir por 135, menos o corte permanente de 10%, que entrou em vigor em 2017, ou seja, $(IAS/135)-10\%$.

O resultado desta fórmula corresponde ao valor de cada voto na eleição de deputados à Assembleia da República, pelo que, se pegarmos no exemplo do Partido Socialista, a força política mais votada nas últimas eleições, vemos que irá receber no próximo ano qualquer coisa como 7.366.038,4 euros, em vez dos 6.790.566,7 euros que recebeu este ano. Ou seja, em 2023, o PS vai receber mais 575.471,7 euros do que em 2022.

É certo que o CHEGA será também beneficiado com esta atualização do valor da subvenção, no entanto, o Presidente do terceiro maior partido português já fez saber que vai propor uma alteração à lei e vai recuperar uma proposta que tem vindo a ser constantemente chumbada por todos os partidos: a

ONHA!

redução dos salários dos políticos. “É imoral que os partidos recebam mais dinheiro, fruto do aumento da inflação, ao mesmo tempo que os pensionistas vejam as suas pensões serem reduzidas através da perda de poder de compra, fruto também do aumento da taxa de inflação”, diz André Ventura ao *Folha Nacional*.

Para o líder do CHEGA esta discrepância entre políticos e contribuintes tem de acabar. “Numa altura em que se pedem sacrifícios às pessoas, nomeadamente aos pensionistas, que veem a atualização das suas pensões cortada para metade e são aqueles que, muitas vezes, se encontram em situações mais vulneráveis, não conseguindo fazer mais nada para aumentar os seus rendimentos, não podemos ter os partidos a verem as suas subvenções aumentarem de forma substancial”, atirou.

Partido	Ano 2022	Ano 2023	Total do aumento
	6 790 566,65€	7 366 038,40€	575 471,75€
	4 540 607,55€	4 925 404,40€	384 797,25€
	1 178 554,50€	1 278 432,00€	99 877,50€
	806 527,05€	874 876,80€	68 349,75€
	721 558,20€	782 707,20€	61 749,00€
	704 937,90€	764 678,40€	59 740,50€
	262 883,35€	285 161,60€	22 278,25€
	259 974,65€	282 006,40€	22 031,75€
	210 028,20€	227 827,20€	17 799,00€

Por essa razão, o CHEGA dará entrada, no Parlamento, de uma proposta para a redução dos vencimentos dos políticos em 12%, bem como a redução das subvenções dos partidos. Recorde-se que, desde 2019, que o partido de André Ventura tem vindo a apresentar propostas no sentido de diminuir o vencimento dos políticos que acabam sempre por ser chumbadas pelos restantes partidos.

Apesar disso, e tendo em conta que a maioria socialista não irá aprovar, mais uma vez, estas propostas, André Ventura diz que o seu partido não desistirá de fazer “justiça”.

“Vamos continuar a insistir nestas propostas porque entendemos que são da mais elementar justiça. Não podem ser sempre os mesmos a fazer sacrifícios. O sacrifício tem de ser repartido por todos e isso inclui, naturalmente, os políticos e mais ainda porque é aos portugueses que devem o lugar onde estão”, frisou.

Ao contrário do que vai acontecer com os partidos políticos, os pensionistas vão ver a atualização das suas pensões ser apenas metade do valor da inflação, ao invés do que estava previsto na fórmula de cálculo

lo e do que o próprio primeiro-ministro tinha garantido numa entrevista que deu em junho, ao programa televisivo da CNN/Portugal, ‘O Princípio da Incerteza’.

António Costa assegurava nessa sua intervenção que “as leis existem para serem cumpridas”, garantindo mesmo que o Governo iria cumprir escrupulosamente a “fórmula que existe desde 2007”, concedendo assim aos pensionistas “um grande aumento das pensões de reforma”, isto apesar do “aumento histórico” da taxa de inflação.

“Vamos continuar a insistir nestas propostas porque entendemos que são da mais elementar justiça.”

André Ventura

Dois meses mais tarde, no dia 5 de setembro, António Costa apresentava o plano anti-inflação, que apelidava de “Famílias primeiro”, onde anunciava que, afinal, a fórmula de cálculo de aumento das pensões iria sofrer uma alteração, de forma que

esse aumento fosse entre 3,53% e 4,43%, em função do valor de cada pensão, ou seja, metade do valor da inflação, com a atribuição de 50% dessa atualização feita no mês seguinte, em outubro.

Dias mais tarde, o primeiro-ministro não dava sequer garantias de que a fórmula de cálculo da atualização das pensões não pudesse ser novamente revista, referindo mesmo: “Cá estaremos daqui a um ano para, em função daquilo que for a realidade da inflação, daquilo que for a realidade também das finanças do país, da economia do país, podermos fixar o aumento para 2024” e reiterou “daqui a um ano fixaremos qual é o aumento para 2024”.

Ou seja, os pensionistas ficaram com a garantia de que, ao contrário dos partidos políticos, vão ter mesmo um corte nas suas pensões. Aparentemente, é este o sentido de justiça de um sistema que se protege cada vez mais e beneficia os mesmos de sempre, dando um sinal claro de que a classe política será a última a sofrer cortes de qualquer natureza, ignorando, por completo, as dificuldades que os contribuintes passam no seu dia-a-dia devido ao aumento do custo de vida.

opinião

A sopa da Pedra à Costa

Caro chef Costa, começo esta carta com um rasgado ‘elogio’ à Sopa da Pedra que é este Orçamento de Estado para 2023 porque, apesar da pedra ser grande, dura e pesada, olha-se para o caldo e nota-se que foi adicionada aquela magia de Natal, do mundo encantado da Popota dos brinquedos que todos queremos que exista, mas que só existe na imaginação da nossa criança interior – no caso, na imaginação do senhor primeiro-ministro e do senhor ministro das Finanças, também conhecido por cativador-mor do ‘reino’. Mas, como sei que para si o que conta é a intenção, vamos lá ser otimistas e tentar ver a panela da sopa meio cheia. Na primeira análise constata-se a falta de legumes, aqueles que têm os nutrientes tão essenciais às nossas vidas e que nos garantem a vitalidade no médio/longo prazo, tal como uma economia pujante precisa de estímulos de vitalidade aos agentes económicos, nomeadamente às famílias portuguesas. Portanto, no que diz respeito a legumes estamos a zero! Apesar disso, e não desistindo, coloco a colher dentro da panela e mexo. Parece carne, mas não é! Só vejo gordura atrás de gordura que, apesar de dar cor e textura à sopa, só nos faz é mal. Ninguém consegue engolir uma sopa com este nível de gordura, porque a digestão é muito difícil, tal como as gorduras que o Estado acumula em subsídio-dependentes, fundações, pensões vitalícias e corrupção. Tudo isto é impossível de engolir, mas vamos lá! Não podemos desistir, alguma coisa se há-de aproveitar. Continuo a mexer o caldo! Ó António, que sopa é esta com apenas 125 gramas de enchidos e só em outubro? Nós precisamos de subsistir todos os restantes meses. Pagamos-te uma fortuna em impostos, apertamos ao máximo o cinto, abdicamos de qualquer extrazinho e é isto que recebemos? Nada de legumes e só 125 gramas de enchidos e só em outubro?! Sobrou a pedra! Mas infelizmente, o nosso estômago não digere pedras. Eu sei o que me vais dizer Costa, que a panela é pesada, que o caldo é quente e que há substrato para alimentar, mas a verdade é que esta sopa é só água, pedra e gordura. Acho que nem os animais lhe pegam. Não dá, não tens jeito para isto! O ideal é dedicares-te ao ilusionismo barato ou a jogar à cabra-cega, porque o estômago já não aguenta mais tamanha mentira de sopa. Um chef cozinha com o coração, assim como um primeiro-ministro devia lutar pela sua nação.

Pedro Martins
Deputado Municipal
do Partido CHEGA

Vila Franca de Xira



DIREITA PORTUGUESA

Apenas o CHEGA assume esse papel que há muito se perdeu //p. 09

VALHA-NOS DEUS!

Lula inspira que políticos como Sócrates voltem ao poder //p. 10

07

política nacional



© Partido Social-Democrata

Moedas, o ditador que quer calar os partidos

O candidato do PSD à Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, utilizou a Praça do Marquês de Pombal para expor um outdoor quando era candidato nas eleições autárquicas de 2021.

Tal como Carlos Moedas, todos os partidos usaram o espaço com o mesmo fim, o que é uma prática naquela zona há já muitos anos, inclusivamente fora de momentos eleitorais. Agora, o Presidente da câmara lisboeta, o mesmo Carlos Moedas, decidiu que aquela zona não deve ser palco de propaganda política e, por isso, mandou retirar todos os outdoors que ali se encontravam, deixando o Marquês despido de propaganda política, mas também de liberdade de expressão.

“Mas faz algum sentido ter cartazes no Marquês de Pombal? Não faz sentido”, disse Carlos Moedas, um ano depois de ter tido a sua cara num cartaz naquele mesmo local.

A autarquia alega que os “lisboetas não querem aquela poluição visual” e decidiu avançar com a retirada de cartazes sem a autorização dos partidos, mas, sobretudo, contra o parecer da Comissão Nacional de Eleições que defende que a câmara não tem o direito, nem o poder, para limitar a liberdade de expressão, seja de partidos ou de movimentos de cidadãos. No parecer, a CNE deixa claro que a



lei “não confere poderes a nenhuma entidade administrativa para limitar direitos, liberdades e garantias previstos na Constituição da República Portuguesa” e, por isso, a

decisão da autarquia é “ilegal”. Ainda assim, o executivo camarário liderado por Carlos Moedas mantém-se firme na decisão autoritária e, para se tentar escudar,

decidiu dar início a um processo de classificação da Praça Marquês de Pombal e do Parque Eduardo VII como zona de interesse municipal. No entanto, especialistas já disseram que têm dúvidas quanto à suficiência deste processo para garantir a legitimidade da decisão da autarquia que, sublinhe-se, a CNE considera passível de configurar o crime de dano.

O CHEGA reagiu de imediato e, após a retirada dos cartazes, voltou a colocar um novo outdoor, garantindo que avançará com uma queixa-crime caso a autarquia insista em retirá-lo daquele local.

André Ventura disse mesmo que “caso o outdoor seja removido estamos perante uma violação da lei e perante a prática de um crime em que terá de responder não só o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, como a própria câmara”.

André Ventura explicou ainda que “não cabe à câmara fazer essa regulamentação, apenas à Assembleia da República, que não o fez”, sublinhando que o parecer da CNE “deixa claro que o tribunal era o único que podia determinar a remoção dos cartazes” e nunca a própria autarquia.

Os cromos especiais da caderneta de um governo de incompatíveis



Team Socialista

Pedro Nuno Santos
Ministro das Infraestruturas

Empresa detida pelo ministro e pelo pai fez ajustes diretos com o Estado. Empresa beneficiou de contratos públicos no valor de 1,1 milhão de euros (mais de meio milhão desde que Pedro Nuno Santos é ministro e até 2019)

Team Socialista

Elvira Fortunato
Ministra da Ciência e do Ensino Superior

Empresa do marido recebeu mais de 56 mil euros de uma Fundação tutelada pela própria ministra que terá tomado posse antes de cessar atividade

Team Socialista

Manuel Pizarro
Ministro da Saúde

Ministro é casado com a atual bastonária da Ordem dos Nutricionistas e era sócio-gerente de uma empresa quando tomou posse como ministro

Team Socialista

Ana Abrunhosa
Ministra da Coesão Territorial

Empresa do marido recebeu fundos comunitários da área que é tutelada pela ministra. Marido da governante tem como sócio um cidadão chinês condenado por corrupção.


GARANTIR O FUTURO
DOS BOYS DO PS

“A lei é clara e os ministros não podem continuar neste Governo”. Foi desta forma que André Ventura, presidente do Partido CHEGA, resumiu a questão das incompatibilidades dos ministros durante o debate que decorreu no Parlamento. Os restantes partidos têm-se mantido em silêncio, ou pouco têm dito para não se comprometerem, no que diz respeito às polémicas incompatibilidades de ministros e secretários de Estado.

E se há casos que podem suscitar dúvidas quanto à aplicação da sanção prevista na lei, outros há em que esta não deixa a menor dúvida: a sanção a aplicar é a demissão do governante em causa.

O tema foi a discussão no Parlamento a pedido do CHEGA, depois de o Presidente da República ter pedido, formalmente, à Assembleia da República que analisasse o diploma legal relativo a esta matéria

e encorajando os partidos a encontrarem uma “solução clara” sobre a lei das incompatibilidades dos titulares de cargos públicos.

Só o CHEGA se mostrou interessado em apresentar alternativas à lei para garantir que a mesma não seja contornada. Os restantes partidos preferiram atirar a discussão para um outro momento com a desculpa de que não é à pressa que se legisla. Veja-se os casos dos ministros

Manuel Pizarro, Ana Abrunhosa, Pedro Nuno Santos e Elvira Fortunato, que podem ser vistos na caixa. Mas há também secretários de Estado que se encontram em situações de incompatibilidade: a secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar, cuja irmã trabalha numa empresa que vendeu ao Estado material relacionado com o SIRESP; o marido da

Secretária de Estado das Pescas, Teresa Coelho, é proprietário de uma empresa que nos últimos meses terá celebrado contratos por ajuste direto com entidades públicas; e o Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Floresta, João Paulo Catarino, cuja mulher tem uma participação de 55% numa empresa que desde 2019 celebrou pelo menos sete

contratos públicos com o Estado, num valor total de 122 mil euros. E o que fez o primeiro-ministro? Nada! Para André Ventura, o “que se esperava de um Governo democrático era que viesse dizer que falhámos” na aplicação e fiscalização da lei, mas o que os portugueses tiveram foi um Governo que “não deu um único esclarecimento sobre as incompatibilidades”.

Há a Direita que a Esquerda permite e há o CHEGA

Desde os idos de 1974, quando se começaram a formar os partidos políticos do pós-25 de Abril, o espectro político partidário pode contar com um PPD fundado a 6 de Maio desse mesmo ano, que trouxe consigo um cariz ideológico social-democrata e um posicionamento no espectro político de centro esquerda, definido pelo próprio partido.

À época, o PPD beneficiava da inegável força, coragem e perspicácia políticas de Francisco Sá Carneiro, que junto com Joaquim Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão "levantaram âncora", tendo eleito para a Assembleia Constituinte em 1975, 81 deputados, com 26,39% dos votos.

Fez parte integrante da AD - Aliança Democrática, juntamente com o CDS e o PPM, depois de uma tentativa gorada, mas com significado histórico, de negociar uma aliança com o PS - aliança que nascida a 5 de Julho de 1979, vence eleições legislativas a 2 de Dezembro desse mesmo ano.

Desse vigoroso tempo para os dias de hoje, o PSD continua a posicionar-se no centro-esquerda político, fazendo parte da direita que na verdade, a esquerda permite!

Outro dos partidos que fez parte da AD - Aliança Democrática foi o CDS.

O CDS, Centro Democrático Social, nasceu em 19 de Julho de 1974 e foi de imediato considerado um partido de extrema-direita pela esquerda revolucionária dominante.

Era no entanto e na verdade, à época, um partido Democrata Cristão que nos tempos mais recentes se transformou num partido sem ideologia, pronto a agradar a todos e a ninguém.

Porém, após o atentado que tirou a vida a Sá Carneiro e a Adelino Amaro da Costa em Dezembro de 1980, ambos os partidos começaram o seu declínio ideológico, com especial ênfase para o CDS que seria ideologicamente mais definido. Este declínio foi especialmente notado na era pós-Manuel Monteiro, que tentou transformar o CDS num partido mais à direita. Transformaram-se então ambos partidos, daí para cá, numa direita que a esquerda permite, ou talvez numa "direita fofinha" como se diz pelos corredores e cafés!...

O PSD sempre ainda mais à esquerda que o CDS-PP!

Deixaram em certo momento de ter a capacidade de despertar as pessoas e as suas consciências, de as mobilizar, perderam as ruas, e assim caminharam para um anunciado declínio que trouxe o PSD para um plano eleitoral secundário e o CDS para a real inexistência política. Quanto à Iniciativa Liberal não há muito a dizer, na medida em



que não se comporta, não se identifica e nem se assume como um partido de direita, antes pelo contrário.

Um partido que de tão liberal, defende drogas, aborto, eutanásia e tudo aquilo que define a esquerda progressista dos fatídicos dias de hoje!

É então que se sente a necessidade de preencher uma lacuna que sempre existiu no espectro político português.

O CHEGA trouxe a Portugal e aos portugueses uma nova forma de ver e fazer política.

Uma política do Povo para o Povo, capaz de mover as pessoas, de arrebatam sentimentos aos mais tímidos, de verdadeiramente defender os que nunca se sentiram defendidos e são os próprios eleitores quem o dizem. O CHEGA é um verdadeiro partido de direita, na medida em que é conservador nos costumes e liberal na economia. Não tem medo dos temas, das políticas e das palavras; não sofre do estigma dos perigosos "rodriguinhos" impostos pela esquerda com o intuito claro de estabelecer os necessários contactos e influências de modo a restaurar o respeito da União Europeia pelas soberanias, pelas culturas e pelas tradições de todas e cada uma das Nações que a integram.

Um partido desconcertante para o sistema socialista, desconcertante para aqueles que propõem um globalismo extremista e uma ditadura de pensamento único, desconcertante para um sistema que limita a liberdade de pensamento e de expressão dos cidadãos, como acontece hoje em Portugal e em tantos outros países do mundo. O CHEGA é, por isso, um partido que defende as pessoas, as empresas, a economia, as tradições e a cultura dos nossos, sem o estigma que a extrema-esquerda quer impor nos dias de hoje e que todos os partidos aceitam, inertes e indefesos.

Um partido que não permite que amanhã os nossos filhos ou netos não reconheçam o mundo em que nós, os seus pais ou avós, fomos criados no respeito pelas pessoas e famílias.

O CHEGA representa uma nova direita que não se prende ao politicamente correto e que, acima de tudo, deseja o melhor para o seu país e para os seus concidadãos.

opinião

Que Deus nos livre de José Sócrates (outra vez)!

No passado domingo realizou-se a segunda volta das eleições para o importante cargo de Presidente da República no Brasil. Lula da Silva conseguiu a eleição por pouco mais de 1% dos votos face ao seu oponente, o Presidente Jair Bolsonaro. Esta eleição terá sido uma das mais importantes na História recente do Brasil, não somente pela disputa eleitoral se fazer entre um ex-presidiário e um homem patriota, mas sim, por estar em causa um dos valores basilares para o mundo ocidental, a liberdade de expressão e de opinião dos cidadãos. Nunca umas eleições presidenciais haviam tido uma tão clara e explícita falta de liberdade de

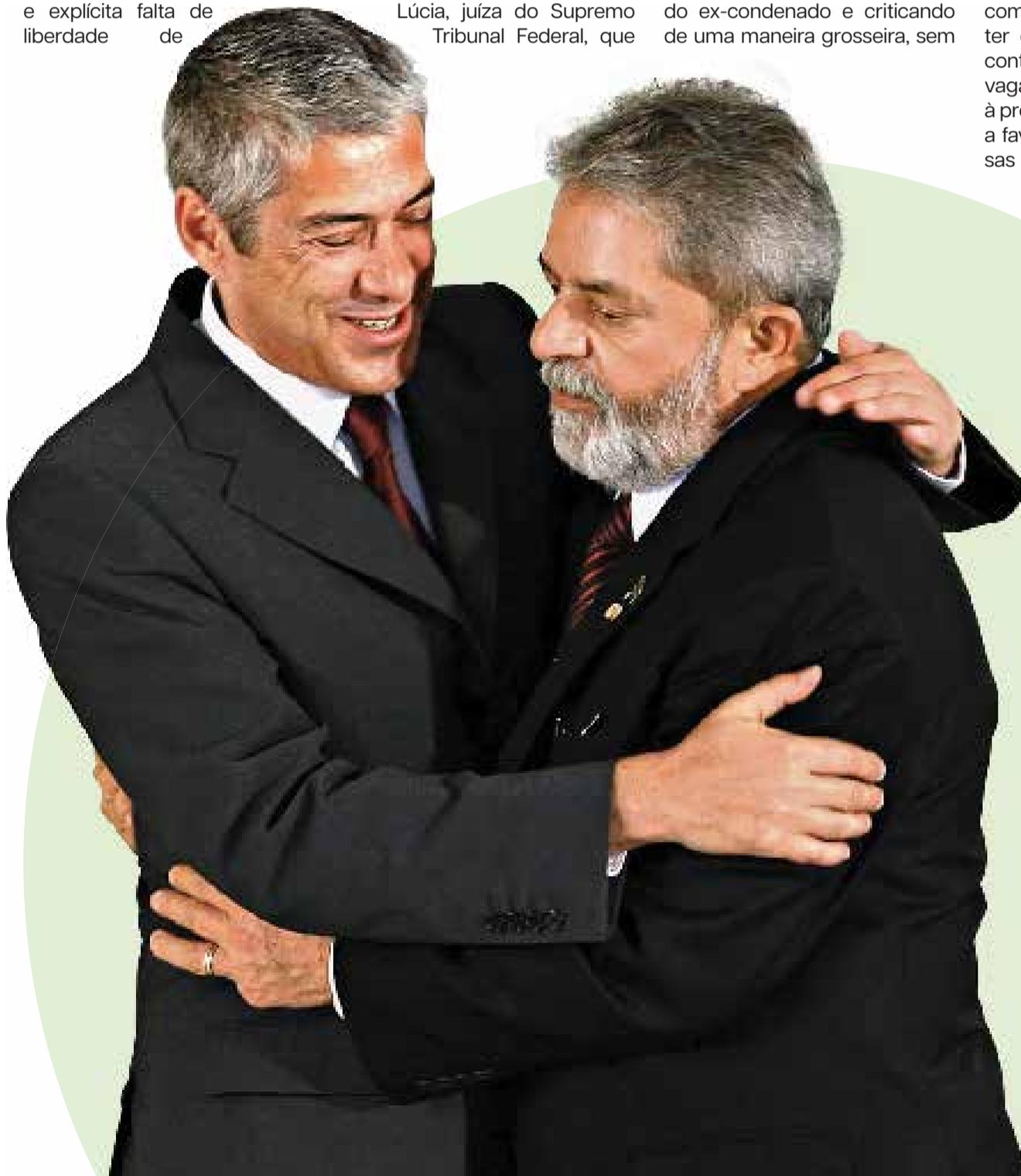
expressão. O famoso TSE, Tribunal Superior Eleitoral, em vez de zelar pela livre opinião e expressão política, decidiu fazer o oposto. De uma forma autoritária, desproporcionada e ditatorial, decidiu desmonetizar contas em redes sociais, não conceder direitos de resposta e até mandar apagar vídeos. Mas, curiosamente, atingindo apenas um dos lados da barricada. Será isto a Liberdade e a Democracia que a esquerda tanto apregoa? De exceção em exceção, as liberdades de opinião foram suspensas e endossadas, até com a bênção da mais alta instância judicial brasileira. Veja-se o exemplo de Cármen Lúcia, juíza do Supremo Tribunal Federal, que

declarou numa sessão “Vejo isso como uma situação excepcionalíssima”. Ao mesmo tempo, o também juiz Lewandowski, do Supremo Tribunal, considerou que “situações excepcionais exigem medidas excepcionais”. Face a isto, só posso dizer que considero este tipo de declarações repugnantes; em nada dignificam as instâncias judiciais que deviam ser, segundo o regime constitucional brasileiro, os garantes da defesa da liberdade de opinião sem qualquer tipo de amarras ou censuras. Fora isso, o que assistimos em toda a campanha foi a uma imprensa hostil, dedicada a branquear o passado mórbido do ex-condenado e criticando de uma maneira grosseira, sem

precedentes e sem isenção, o presidente Jair Bolsonaro. A par disto, tivemos ainda a longa prole de artistas, cantores e atores a posicionarem-se a favor do criminoso. Em vez de defenderem a “liberdade” e a “democracia”, valores que tanto apregoam, optaram por atacar aqueles que pensavam e expressavam de maneira diferente. O Povo Brasileiro decidiu votar a favor do aborto, da corrupção, dos bandidos, do povo desarmado, da ideologia de género, da censura, do apoio monetário a regimes ditatoriais, da liberalização das drogas, da descriminalização de pequenos delitos, por um estado forte e com mais impostos. Poderiam ter escolhido a luta pela vida, contra a corrupção, colocar os vagabundos na prisão, o direito à proteção, à liberdade, às obras a favor da população, a empresas fortes e a menos impostos.

Mas não. Fizeram a sua escolha. Os dois candidatos disseram ao que

vinham: um ex-presidiário com vontade de implementar um regime socialista, que há mais de 100 anos segue dizimando as populações dos países por onde passa, e outro, um homem de bem, que em vez de pensar em si, sacrificou-se durante o atribulado mandato pelo seu povo, lutando por ele incansavelmente. Infelizmente, o povo tem memória curta. Para nós, que aqui estamos do outro lado do Atlântico, e que lidamos também com o socialismo que nos empobrece até ao tutano, este resultado deve-nos servir de alerta. Não podemos esquecer a corrupção, a morte, o desgosto, a fome, os baixos salários, os impostos exorbitantes, a miséria, a censura do estado. Senão, qualquer dia arriscamo-nos a que o PS traga de novo à vida política nomes como José Sócrates. Deixando para trás o desgosto da derrota, gostava apenas de expressar o meu profundo agradecimento ao Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, por todo o seu trabalho e empenho, sempre em prol da sua população e em defesa da sua pátria. Bolsonaro será sempre conhecido como aquele que, contra tudo e todos, foi eleito o trigésimo oitavo presidente do Brasil e desempenhou um excelente mandato. Só tenho pena que o povo beneficie aqueles que destroem e não aqueles que salvam uma nação. Um povo que elege corruptos não é vítima, é cúmplice! Deus salve o Brasil! Obrigado, Bolsonaro!



José Shirley
Secretário-geral da
juventude CHEGA



CRIMINALIDADE

A juventude trilha caminhos que os políticos não querem corrigir //p. 12

GÉNERO OU SEXO?

Rita Matias desconstrói as perigosas ideologias da extrema-esquerda //p. 13

Imigração descontrolada ameaça Portugal

Os dados são assustadores para aquele que pode ser o futuro de Portugal enquanto nação: só até junho, o número de novos imigrantes a residir no nosso país superou o valor total do ano passado. A este ritmo, é de temer os números totais finais deste ano.

Entre janeiro e junho, Portugal concedeu 133 mil novas autorizações de residência, o que se traduz num aumento de 22 mil face ao número registado no ano passado. Por outras palavras, o número de estrangeiros a viver em Portugal está a aumentar exponencialmente, o que, num país envelhecido como o nosso, pode traduzir-se numa total reconversão do perfil da sociedade e cultura portuguesas.

Desde 2016 que se tem vindo a verificar um aumento do número de imigrantes a viver em Portugal. Nesse ano, tinham entrado legalmente em Portugal 397.731 cidadãos estrangeiros, um número que, no primeiro semestre deste ano, ultrapassava os 800 mil.

No ano passado, foram concedidas 84.805 autorizações de residência a cidadãos extracomunitários, isto é, cidadãos cujos países de origem não se encontram na União Europeia. O que significa que Portugal foi o sétimo país da União Europeia que mais concedeu autorizações de residência a estes cidadãos, segundo dados do Eurostat. Destes, 45,6% foram atribuídos a pessoas de nacionalidade brasileira, 8,73% de origem indiana e 5,42% de origem angolana.

Regressando aos primeiros seis meses deste ano, os dados mostram que dos 133 mil vistos de residência concedidos, 48 mil foram atribuídos a cidadãos de nacionalidade brasileira. No seu conjunto, vivem em Portugal mais de 250 mil imigrantes oriundos do Brasil.

A segunda comunidade com maior presença em Portugal é, como seria de esperar, a ucraniana (73 mil pessoas), tendo sido atribuídas mais de 46 mil proteções temporárias aos que fogem da guerra iniciada a 24 de fevereiro com a invasão russa.

A lei que regulamenta a entrada, permanência e saída de estrangeiros em Portugal tem vindo a sofrer alterações. No verão deste ano, o Governo alterou o diploma, aprovando, em Conselho de Ministros, a criação do visto para procura de trabalho. Este visto é válido por 120 dias, podendo ser prorrogado por mais 60.

A alteração à lei contempla também uma facilitação na obtenção de vistos por parte de cidadãos oriundos de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a eliminação do regime de quotas para a imigração. A mudança na lei prevê ainda que,



© Migrant Offshore Aid Station (MOAS)

para alunos imigrantes do Ensino Superior, passe a ser dispensado o parecer prévio do SEF, desde que estejam inscritos numa universidade e permite ainda atribuir um visto de residência ou estada temporária aos nómadas digitais.

Parar para pensar!

No ano passado, o Instituto dos Registos e do Notariado recebeu

195 mil pedidos de nacionalidade, quando a média anual se cifrava, entre 2010 e 2016, nos 100 mil pedidos. Só em agosto passado foram feitos 3 mil pedidos de nacionalidade por dia, o que obrigou a um reforço de meios: foram abertos 17 balcões e criados 24 polos.

Se pensarmos honestamente nestes números e no que a alteração à lei da nacionalidade implica vemos, com

toda a clareza, que Portugal, tal como o conhecemos, estará em risco.

É sabido que enfrentamos o chamado inverno demográfico, isto é, são muito poucos os bebés que nascem no nosso país para fazer face ao número de idosos. Isto tem implicações, não só financeiras, mas também sociais.

Mas antes de partir para a análise destes problemas convém perceber o que dizem os partidos políticos. O CHEGA não é contra a imigração ou os imigrantes, mas defende que deve haver um controlo para não corrermos o risco de, por um lado, receber mais pessoas do que aquelas que o país pode suportar e, por outro lado, deixarmos entrar terroristas disfarçados de refugiados, correndo o risco de ver acontecer em Portugal o que aconteceu em Paris e noutras cidades europeias. Explicada a diferença entre aquilo que o CHEGA defende e a imagem que a comunicação social controlada pela esquerda e extrema-esquerda diz, é tempo de olharmos para os problemas.

A entrada descontrolada de imigrantes no país obrigará a um esforço financeiro adicional, pois, uma coisa são as situações em que os cidadãos estrangeiros chegam com um contrato de trabalho e outra, bem diferente, é a vinda destas pessoas para procurarem trabalho. E se não encontram? Como irão viver? Comer? Dormir? A resposta é simples: o Estado, leia-se todos os contribuintes, assegurará os custos com a atribuição de subsídios.

“Já temos tantos subsidiodependentes em Portugal, não podem vir mais”, venceu André Ventura no Parlamento, lamentando que para o Governo todos têm prioridade, menos os portugueses.

Além da questão financeira, que é gritante, existe também a questão socio-cultural. Não é preciso ser um entendido na matéria para perceber que se cidadãos de culturas demasiado afastadas da nossa tiverem grande representação numérica, tal significa que a sociedade, os seus hábitos, a sua cultura, a sua forma de estar e pensar sofrerá profundas alterações. Com esta lei de esquerda habilitamo-nos a que, daqui a 50 anos, já não reconheçamos a sociedade portuguesa, nem nos seus habitantes, nem nos valores que defendem. É este o país que queremos?

Gangues e violência

Um retrato da juventude portuguesa

Os números não enganam: a violência cometida por jovens e em grupo está a aumentar. Os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) relativos ao ano passado, mostram um registo de 4.997 ocorrências relacionadas com criminalidade grupal (a segunda maior subida dos últimos dez anos) e 1.120 com delinquência juvenil.

Consultado o documento observa-se que foram identificados “vários casos” de delinquência juvenil no âmbito do abuso sexual de crianças e de pornografia de menores em que os “autores foram indivíduos menores de 16 anos”.

No que concerne ao crime de incêndio florestal foram identificados quatro menores, entre os 11 e os 15 anos, e dois entre os 10 e os 11. Outros crimes associados à delinquência juvenil – que tem mais incidência nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Faro – são a ofensa à integridade física voluntária simples, ameaça e coação.

Relativamente à criminalidade grupal, o RASI não deixa margem para dúvidas: “na área da Grande Lisboa, encontram-se identificados grupos de jovens com um vasto historial criminoso centrado essencialmente na prática de roubo e ofensa à integridade física grave, associados, em 2021, a cerca de 30 inquéritos cujas infrações principais vão desde dano com violência a detenção de arma proibida, homicídio, roubo e sequestro”.

No ano passado foram detidos 832 indivíduos cuja atividade criminal decorre, sobretudo, durante a noite em zonas de diversão noturna, como a zona ribeirinha de Lisboa, em transportes públicos, nos próprios bairros sociais em que residem e, no verão, nas zonas balneares com acesso ferroviário, como é o caso da praia de Carcavelos.

Os elementos destes grupos têm, na

sua maioria, idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, residem “com maior incidência nas principais zonas urbanas sensíveis e subúrbios da Área Metropolitana de Lisboa” e fazem uso da violência mesmo quando a mesma é desnecessária para alcançarem os seus fins.

De referir ainda que só até junho deste ano, a Polícia Judiciária registou 16 crimes de homicídio perpetrados por grupos de jovens (15 tentados e 1 consumado) quando em 2019 – ano pré-pandemia – o total deste tipo de crimes ficou-se pelos sete.

Hip-hop: música ou campo de batalha mortal?

Os especialistas estão preocupados com o fenómeno da criminalidade cometida por grupos de jovens, incluindo menores de idade. Mas o que explica esta atividade grupal? Existem várias dinâmicas dentro dos grupos, referem os especialistas, mas as mais constantes prendem-se com “fatores de lealdade ou de associação”. Estes fatores levam a comportamentos que se expressam de duas formas fundamentais: através do hip-hop e nas redes sociais.

A subcultura hip-hop é “uma das principais formas de expressão de grande parte destes jovens” que cometem crimes, algo que a internet veio cimentar com a facilidade em gravar e publicar vídeos onde os autores passam a sua mensagem,



não só através das letras das músicas, mas também através de símbolos como roupa, dinheiro, álcool e drogas. Na Conferência de Segurança Urbana, que decorreu em outubro em Coimbra, o diretor nacional-adjunto da Polícia Judiciária explicou que existem “verdadeiras guerras musicais que

incendeiam o ambiente de rivalidade entre gangues” e que primam por um “conteúdo sombrio, cético, nihilista e que aniquila valores”. As redes sociais desempenham aqui um papel duplo: são veículo e são origem.

Por um lado, são veículo porque é através delas que são disseminadas

músicas e respetivos vídeos e, por outro lado, são origem porque é também nas redes sociais que começam muitos conflitos com pequenas trocas de ideias a endurecerem e a passarem para a vida real com jovens a marcarem encontros para se vingarem do que foi escrito na internet.

cronologia

Um jovem de 22 anos, munido com uma pistola, levou a cabo um assalto ao final do dia na Maia. Depois de consumado o roubo, o assaltante ainda agrediu a vítima com uma garrafa de vidro. Em causa terá estado uma dívida referente a tráfico de droga.

Um gangue de 11 jovens foi condenado – à exceção de um – a penas de prisão efetiva pelos crimes de roubo, sequestro, detenção de armas e munições, passagem de moeda falsa, coação e ameaças. O grupo, que atuou entre 2019 e 2021, atacava jovens na noite portuense, agredia-os e roubava-lhes tudo o que podia, incluindo roupa e ténis.

Um jovem de 17 anos foi detido, pela Polícia Judiciária, depois de ter tentado matar outro, de 14 anos, na sequência de um confronto entre gangues juvenis que teve lugar na Amadora. O agressor atacou a vítima com uma faca, deixando-a em estado muito grave. Foram ainda identificados outros jovens, alguns menores de 16 anos, que participaram no desacato.

Uma jovem de 14 anos foi humilhada e agredida por uma colega de escola, também de 14 anos. O crime ocorreu em Faro e foi filmado e partilhado nas redes sociais. No vídeo é possível ver-se as agressões e vários jovens a incitar à violência. Nenhum tentou travar o ataque.

abril 2022

setembro 2022

outubro 2022

A Deputada explica...

Qual é o perigo da ideologia de género?

Ideologia é um nome feminino que por definição significa o sistema de ideias, valores e princípios que traduz e determina uma visão do mundo. Género, nome masculino que por definição significava uma categoria morfossintática, um estilo ou tipologia e que ao longo do tempo passou a abarcar a lógica de classe, passando a traduzir uma diferenciação sociocultural e as características de origem e pertença de um determinado grupo. Estas palavras juntas formam a teoria negada por uns e afirmada por outros. Mas afinal qual a origem e em que consiste a Ideologia de Género? Retomemos a definição semântica porque a introdução do conceito de classe no significado da palavra género elucida a origem desta teoria social. Perante a ineficácia da luta de classes para a transformação económica e social que o marxismo pretendia promover, os teóricos da Escola de Frankfurt retomam os ensinamentos de Marx e Engels sobre a família e transferem essa luta para o âmbito cultural. Segundo estes, a família é uma criação do Homem como forma de perpetuação do poder. Para estes teóricos, a família surge como uma estratégia de dominação do Homem, quando este passou a adotar modos de vida sedentários. Antes disto, nas hordas primitivas a sexualidade era vivida sem regras e as fêmeas e os machos viviam uma vida sexual sem vínculos e sem limitações de idade. Segundo os mesmos teóricos, com o surgimento da propriedade e de excedentes das atividades agrícolas surge no homem a necessidade de perpetuação dos seus bens para a sua linhagem. Para isto, seria necessário limitar a liberdade sexual das mulheres, surgindo assim o conceito de monogamia e instituindo-se o casamento como instrumento de controlo “machista”.

Para acabar com o capitalismo seria necessário quebrar com esses vínculos, voltando a viver da forma primária. A família, é assim identificada como a fonte de todas as formas de opressão. Tal como na lógica do proletariado, a família também é seio de uma classe dominante e uma classe explorada. Os movimentos feministas encontram na família o seio de desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres e, baseados nas premissas de Engels no livro ‘A Origem da Família, da Propriedade e do Estado’, defendiam que deveria haver uma integração idêntica de homens e mulheres no local de trabalho e que a educação das crianças deveria ser feita em instituições geridas pelo Estado. A maternidade e a educação dos

filhos eram assim identificadas, desde a origem do movimento feminista, como as principais fontes de opressão das mulheres. Mas a aparente luta por direitos cívicos e sociais, não era inocente. Era uma luta também por direitos sexuais – o direito à autodeterminação sexual das mulheres – não como um fim em si mesmo, mas como meio de quebrar os vínculos familiares. A mulher, livre de compromissos conjugais e sem responsabilidades maternas, seria a quebra no ciclo que perpetuava o poder do Homem, ancorado na diferença de papéis que desempenhavam até então. Mas a realidade biológica não permitia que fosse tratado de forma plenamente igual aquilo que é diferente. Assim, era necessário acabar com a fonte de desigualdade: o sexo. A feminista Shulamith Firestone afirmava que a meta definitiva da revolução feminista deveria ser não apenas acabar com o privilégio masculino, mas também com a própria diferença de sexos. Segundo Firestone, as diferenças genitais entre os seres humanos já não deveriam importar ao nível cultural. Se as diferenças biológicas já não eram determinantes, o que determinaria a identidade de cada indivíduo? Aquilo a que Judith Butler denominou como “género”. Segundo a autora, a identidade de género seria uma construção social e não o resultado causal do sexo biológico, não respeitando também o modelo binário. John Money ou Kate Millet – pais da então ideologia de género – seriam vozes ativas na defesa de que “a personalidade psicossocial” é determinada pelas nossas experiências e, por isso, fluída, assim sendo, passível de ser alterada tantas vezes quanto as determinadas pelas percepções individuais de cada um.

O auge das teorias marxistas seria então o fim da ditadura do determinismo biológico e a revolução sexual onde cada indivíduo pode ser aquilo que desejar ser. Se ser homem ou mulher passa a depender de uma decisão individual e não de uma característica natural, estão eliminadas as diferenças de papéis entre estes e a família como fruto da relação complementar entre ambos passa a ser um estereótipo. Da teoria social para a agenda política foi um pequeno passo. Em 1995, a Conferência das Nações Unidas dedicada às mulheres introduziria oficialmente no discurso político o conceito de género e incentivaria a que o desenho das políticas económicas, sociais e culturais dos estados-membros fosse desenvolvido com base no respeito por esta noção. Qual é o perigo?

A destruição da liberdade em busca da liberdade. A agenda do género é baseada não na objetividade da ciência, mas na parcialidade de uma ideologia que nega a realidade, a natureza e a verdade. O perigo da mesma reside no facto de não nascer da procura do bem comum e da realização do indivíduo, mas sim de um combate ideológico ao modelo de organização e produção da sociedade. O perigo da mesma

em si mesmo. Quando a família deixa de ser a célula base da sociedade, o indivíduo perde o primeiro espaço de pertença e o berço dos vínculos afetivos. Estando isolado e sem referências, não consegue responder aos desafios da existência e às questões “quem sou eu?”, “de onde venho?” e para “onde vou?”. A teoria de género não só não ajuda o indivíduo a responder a estas questões, como também

submetem-se a procedimentos cirúrgicos irreversíveis numa fase precoce da sua vida, arrependendo-se alguns anos depois. Multiplicam-se as vítimas que perante as dúvidas e incertezas que esta ideologia traz às suas vidas, decidem colocar fim à mesma. Esta ideologia alterou a linguagem, currículos escolares e condicionou o discurso público. Pode até dizer-se que esta ideologia consiste



Rita Matias

reside no experimentalismo social que é levado a cabo em que as fragilidades emocionais dos indivíduos são usadas como meio de escravização dos próprios. O perigo da mesma reside no facto de os laboratórios destas teorias sociais serem as salas de aulas dos nossos filhos. O perigo da mesma reside na aparência de bem que tem. É uma agenda que nos fala de amor, inclusão e respeito, mas nasce do ódio profundo e é com violência que oprime todos quantos ousam questioná-la. É uma agenda que destrói vidas e que o que conseguiu para o ser humano foi abandoná-lo

potencializa as suas fragilidades e explora-as. Multiplicam-se as vítimas jovens e crianças que, expostas a estes conteúdos nas escolas, nos media e redes sociais, são incentivados a definir-se única e exclusivamente de acordo com critérios sexuais. Multiplicam-se as vítimas que ao usarem questionar a sua identidade viram automaticamente o seu desenvolvimento comprometido por bloqueadores hormonais, operações plásticas e terapias de aceitação da “nova identidade”. Multiplicam-se as vítimas que tomam decisões permanentes,

no condicionamento da vontade da maioria silenciosa por uma minoria que amplifica a sua voz. Mas a amplificação dessa voz não nos pode intimidar. Não é porque uma mentira é gritada muitas vezes que passa a ser verdade. Esta ideologia esbarra no realismo da natureza e na objetividade da ciência. Combate-la passa nada mais nada menos por abraçarmos a nossa natureza, afirmarmos a verdade e defendermos o que é evidente. Um homem é um homem. Uma mulher é uma mulher. E a união saudável entre ambos gera vida, famílias e sociedades saudáveis.

Pelos Caminhos de Portugal

O CHEGA elegeu centenas de autarcas em todo o país no sufrágio de 26 de setembro de 2021. Apesar de não ser conhecido, o trabalho que estes autarcas têm vindo a concretizar em todo o país é de louvar. Ficam aqui apenas algumas das centenas de exemplos de trabalho realizado.

AÇORES

O deputado José Pacheco defendeu uma redução de impostos, principalmente para quem trabalha. “Temos de baixar os impostos para os açorianos levarem mais dinheiro para casa. As pessoas têm de viver dignamente e ter uns dinheirinhos para poupar no fim do mês - que hoje ninguém consegue fazer”, afirmou o deputado no debate da anteproposta de lei que pretende uma alteração ao Código do Imposto de Rendimento das Pessoas Singulares para que haja uma isenção da remuneração

complementar regional. “Se há coisa que este país tem é uma carga de impostos brutal sobre quem trabalha. Quem não trabalha não tem, não lhes custa a vida. Por isso, tudo o que seja uma redução de impostos na vida das pessoas é positivo”, destacou José Pacheco. O CHEGA reforçou a necessidade de se baixarem os impostos – “e de gerir bem aqueles que o Governo recebe” – e de se acabarem com as “taxas e taxinhas que vão à algibeira de quem trabalha”.

O Grupo Municipal do CHEGA em Lisboa recomendou à Assembleia Municipal que alargue a instalação do sistema de videovigilância às zonas lisboetas do Bairro Alto do Parque Eduardo VII, Rua Possidónio da Silva, Quinta do Loureiro, Quinta do Cabrinha, zona do Calhariz, Bica e Rua Marechal Saldanha. O CHEGA entende que é urgente alargar o sistema de videovigilância a estas zonas que estão identifica-

das como sendo locais associados a problemas como a prostituição, o tráfico de droga, assaltos, agressões e vandalismo. A implementação desta medida promoverá a segurança de pessoas e bens, a prevenção de crimes nestas zonas da cidade, bem como permitirá o fornecimento de importantes meios de prova no contexto das investigações das forças de segurança.

LISBOA

LOURES

O CHEGA viu ser aprovada por unanimidade a sua proposta na Câmara Municipal de Loures para que os agentes da autoridade do concelho possam almoçar nas cantinas das escolas públicas. Assim que entrar em vigor, os agentes da autoridade poderão ter acesso às senhas de almoço nas cantinas escolares ao preço que é praticado e aplicado aos alunos. O vereador do CHEGA em Loures, Bruno Nunes, destaca a aprovação

desta proposta como uma vitória, mas sobretudo como um reconhecimento da importância dos elementos das nossas forças de segurança. Permitir que os agentes da autoridade possam fazer as suas refeições nas cantinas escolares é também uma forma de aproximar os estudantes da força policial, acabando, de uma vez por todas, com a narrativa da extrema-esquerda de afastar a sociedade das forças de segurança.

O Executivo do Partido Socialista no Município de Portimão contratou por um período de seis meses, através de ajuste direto e por um valor de quase 20 mil euros (mais IVA), a ex-vereadora que tinha o pelouro do Urbanismo, Heloísa Madeira. Os deputados municipais do CHEGA denunciaram e repudiam o centro de emprego PS em que se tornou o Município de Portimão e duvidam que Heloísa Madeira, que foi descartada das listas do PS nas

últimas eleições autárquicas devido a dualidade de critérios na apreciação de projetos urbanísticos no Município de Loulé, seja a melhor solução para promover a assessoria do PDM de Portimão. O Partido CHEGA ficou ainda mais perplexo quando, em reunião de câmara, o Vereador do Urbanismo afirmou que Heloísa Madeira já vem colaborando com o Município de Portimão há mais tempo, sem que tal tivesse sido levado a reunião de câmara.

PORTIMÃO

SINTRA

A bancada do CHEGA presente na Assembleia Municipal de Sintra propôs a realização de um levantamento de todas as passadeiras do concelho que se encontrem pouco visíveis, que não apresentem qualquer sinalização de passagem para peões e que se encontrem em zonas de maior fluxo rodoviário. A moção apresentada pelos deputados municipais prevê ainda que, feito

o levantamento, a câmara proceda à remarcação das passadeiras que o necessitem e que leve a cabo uma ação de substituição de toda a sinalização de passagem para peões que se encontre degradada e ou vandalizada e que seja colocada nos locais onde ainda não existe de forma a garantir uma efetiva segurança de todos os que circulam na via pública, seja condutores ou peões.

O Grupo Municipal de Setúbal do Partido CHEGA apresentou, em reunião da Assembleia Municipal, uma recomendação para que seja implementado na cidade um sistema de videovigilância nas zonas mais críticas do concelho. Os deputados municipais do CHEGA consideram que esta é a melhor forma de assegurar a proteção de pessoas e bens num concelho com altos índices de criminalidade. A proposta do CHEGA referia, inclusi-

ve, a redução muito acentuada da criminalidade nas cidades onde foi instalado este sistema, permitindo agir quer como efeito preventivo quer na identificação dos criminosos. A recomendação desceu à comissão respetiva a fim de analisar e conciliar eventuais conflitos de direitos. Os Setubalenses merecem viver em paz e em segurança na sua cidade e o CHEGA continuará a lutar e a diligenciar para que assim seja.

SETÚBAL

FAMALICÃO

O CHEGA, através da sua concelhia de Vila Nova de Famalicão e da distrital de Braga, organizou, no passado mês de outubro, uma vigília à porta do Hospital de Vila Nova de Famalicão. Esta iniciativa, que juntou cerca de uma centena de pessoas, serviu para a população local demonstrar o seu total desagrado para com a intenção do Governo de encerrar o serviço de obstetrícia daquela

unidade hospitalar. Este receio surge depois de a comissão criada pelo Executivo liderado por António Costa ter sugerido o encerramento de seis serviços de urgência obstétrica - ginecológica em todo o país, incluindo o de Vila Nova de Famalicão. No protesto silencioso participou ainda o deputado do CHEGA eleito por Braga, Filipe Melo, bem como vários militantes do partido daquela zona do país.

O CHEGA-Madeira considera que a política pesqueira levada a cabo na Madeira tem sido um erro mantido há demasiado tempo, encaminhando todo o setor para um declínio inaceitável. A importância económica da pesca na economia Regional tem diminuído paulatinamente nas últimas décadas, pondo em risco toda a atividade, realidade inaceitável considerando as suas implicações sociais, culturais, gastronómicas e turísticas. É, por isso, urgente apoiar o investimento na constru-

ção de embarcações modernas e polivalentes que possam pescar tunídeos, espada, peixe fino, ruama e cefalópodes e também formar uma nova geração de pescadores mais bem preparados. Assim, as embarcações e os pescadores manterão a sua atividade durante todo o ano, independentemente da estação do ano, e a pesca na RAM tornar-se-á mais rentável, sustentável e com futuro, permitindo pagar melhores salários e atraindo novas gerações de pescadores.

MADEIRA

Jaime Nogueira Pinto

“A Direita fofinha está sempre a fazer homenagens aos capitães de Abril”

Chama-se Crítica XXI e é uma revista que tem como objetivo principal apresentar e fazer pensar os valores da Direita. Mas, da verdadeira Direita e não da Direita que é permitida pela Esquerda. À frente do projeto estão figuras de renome deste espectro político, como é Jaime Nogueira Pinto, Rui Ramos e Carlos Bobone. Em entrevista ao Folha Nacional, Jaime Nogueira Pinto lamentou que

os setores mais importantes de uma sociedade pensante estejam controlados pela Esquerda que, apesar de se autointitular defensora da liberdade, é a primeira a censurar quem pensa de forma diferente. As eleições em Itália, que deram aos italianos uma primeira-ministra de Direita nacionalista e conservadora, serviram de mote para uma análise da Esquerda e da Direita em Portugal e na Europa.

Porquê lançar uma revista chamada Crítica XXI?

A ideia principal desta revista é o combate ao 'deserto de ideias', sobretudo políticas, na sociedade portuguesa. Na apresentação da revista no 'El Corte Inglés', o Rui Ramos sublinhava que, ao abrirmos um jornal ou uma revista, são sempre os mesmos escritores, as ideias são sempre as mesmas, existindo um domínio da esquerda instalado, um domínio cultural já patente mesmo antes do 25 de Abril e é o combate a este controlo cultural da Esquerda que levou este grupo a organizar-se, porque temos valores alternativos, valores da Direita e não valores da Direita da Esquerda.

Então a revolução de mentalidades aconteceu ainda antes da revolução propriamente dita?

O 25 de Abril aconteceu como aconteceu, porque as mentalidades já tinham sido mudadas. Existe um pensador marxista muito conhecido, Antonio Gramsci, que nos anos em que esteve preso na Itália de Mussolini escreveu os famosos 'Cadernos do Cárcere', nos quais abordou muito estes aspetos do poder cultural. De facto, na minha modesta investigação nessa matéria, não há dúvida de que quando acontecem as revoluções, quando acontecem as grandes mudanças na sociedade é porque as pessoas que pensam, que dirigem, já têm as cabeças mudadas e, sobretudo, também porque o povo já não pensa que os poderes que existem sejam legítimos.

Referiu há pouco que a revista vem defender os "valores da Direita e não os valores da Direita da Esquerda". Que Direita da Esquerda é esta?

É aquela Direita, direitinha, que é mais ou menos tranquila, que está sempre a pedir desculpa e que está sempre a fazer homenagens aos capitães de Abril. Essa é a Direita mais ou menos homologada pelo regime e também já não serve, por isso é que estamos a ver os fenómenos que estamos a ver na Europa, onde as coisas estão a mudar, assim como no mundo.

Que espaço o Crítica XXI vem ocupar em Portugal?

Do nosso ponto de vista não fazia sentido que em Portugal continuasse a existir este monopólio da Esquerda e, por isso, juntámo-nos em torno deste projeto, de um grupo de pessoas livres que, embora não pensem todos da mesma maneira e venham das diferentes direitas, o objetivo comum é o de preencher esse espaço que existe na área cultural portuguesa à Direita.

Considera uma ameaça ao pensamento da Direita esse espaço vazio que refere?

Nos dias de hoje a ameaça já não é uma ameaça do comunismo como

há 50 anos. Nos dias de hoje a ameaça é o monopólio cultural, é uma hegemonia cultural da Esquerda que, de certo modo, quer impor uma certa forma de pensar. Também é importante referir que tem bastante influência nos pontos estratégicos para dominar o pensamento da sociedade.

Em que pontos estratégicos se sente essa influência?

Essa influência nota-se sobretudo nas chamadas ciências sociais, na academia e nos média. Veja-se, por exemplo, o que foi dito sobre a Itália aquando das eleições. Os comentadores e os jornalistas, salvo algumas poucas exceções, fazem afirmações sem conhecimento nenhum sobre o fascismo ou o nazismo, expressões que são usadas com uma leviandade e uma falta de sentido absolutas, fazendo um assassinato moral dos seus intervenientes.

Analisando a situação de Itália é legítimo dizer-se que o fascismo voltou?

A situação italiana é muito interessante porque o partido Fratelli d'Italia um partido que foi vítima de todos os ataques possíveis e imaginários, com uma dirigente jovem, mas que apesar de ser jovem está a ser retratada como um Mussolini de saias, como se viesse com uma bota para acabar com a democracia.

É preciso ver uma coisa muito importante: os partidos e os movimentos políticos têm uma existência histórica e o fascismo italiano triunfou há 100 anos, numa situação de quase pré-guerra civil, com a Itália debaixo da pressão do que tinha sido a revolução soviética, com conflitos entre socialistas e fascistas nas ruas e sem uma intervenção quase total dos poderes públicos.

Mas comparar isto com este novo fenómeno italiano não faz sentido, pois tratou-se de uma conjuntura completamente diferente. O partido fascista tinha uma ideologia totalitária e proibiu os outros, mas eram outros tempos.

Comparar este fenómeno com os Irmãos de Itália, não faz sentido, pois os Fratelli d'Italia são um partido democrático que joga as regras do jogo democrático. Claro que tem valores, alguns deles até poderão ser comuns aos do fascismo, por exemplo o da Nação e do Nacionalismo, mas está a 'pô-los a jogo' segundo as regras da democracia.

E em Portugal, como se comporta esta dualidade Esquerda / Direita?

Por exemplo, em Portugal a tal Direita da Esquerda nunca quis pegar em certos valores patrióticos, religiosos, familiares, porque tinha medo de ser confundida com o anterior regime.

Algumas forças de esquerda têm aquele discurso de que não se podem admitir determinadas ideias, mas se não se valorizar a decisão popular o que sobra da democracia?

“Não é da Direita que surge essa ambição de acabar com a democracia”

Jaime Nogueira Pinto



O Crítica XXI é também uma resposta à atualidade?

É para combater tudo isto que o Crítica XXI está presente no panorama português, mas não estamos aqui a tomar partido por uns partidos ou por outros. Gostaríamos que as ideias alternativas que estamos a expor pudessem ser usadas pelos diversos partidos. O que queremos é trazer alternativas e as forças políticas são livres de pegarem sem complexos naquilo que eu chamaria o núcleo duro de ideias da Direita, que são ideias que identificam muito a questão nacional e a identidade nacional.

Em Portugal existe essa consciência da questão e identidade nacionais?

Nós temos consciência, mas os países de leste da Europa têm muito mais essa consciência, porque foram submetidos durante muito tempo da sua história. Países como a Polónia e a Hungria têm esta noção muito forte porque foram submetidos, em grande parte da sua história, a impérios: o russo, o austro-húngaro e o soviético. Essas nações têm hoje uma identidade bem presente e por isso não se querem submeter a Bruxelas, sendo um sentimento comum a todos estes movimentos chamados de populistas que os nossos 'mestres de escola' da ideologia chamam de ultra-direita e de fascistas.

É esta ideia da Identidade Nacional que está na génese destes novos partidos populares?

Uma característica desses movimentos é precisamente a identidade nacional, a defesa das fronteiras, sendo esse um ponto fundamental. Depois há a defesa da liberdade económica, embora num justicialismo social, valores religiosos e um sentido de liberdade que a esquerda enaltece como dela. Curiosamente, hoje não é da Direita que surge essa ambição de acabar com a democracia e o jogo democrático.

Qual é a importância do resultado eleitoral em Itália?

Nesta polémica muito curiosa de Bruxelas, e sobretudo aquelas extraordinárias moções do Parlamento Europeu a condenar, a intervir e a tentar decidir, é evidente que agora com a eleição italiana vamos certamente assistir a uma mudança porque a Itália é um país com uma população e economia

muito significativas e é um dos países fundadores da própria União Europeia. E mesmo antes da eleição, a Sra. Ursula von der Leyen já se tinha notabilizado com algumas 'gafes', tendo aquela coisa extraordinária de uma espécie de advertência à Itália, que foi muito mal recebida não apenas pelos partidos da Direita, mas também por vários partidos da esquerda italiana.

Este é um fenómeno relativo só a Itália ou estende-se a outros países europeus?

Houve de facto esta reação infeliz de Bruxelas relativamente a Itália, mas na Europa está a haver uma reação muito forte. Como se trata de partidos nacionalista os temas são diferentes de país para país. Partidos como o Rassemblement National ou os próprios Democratas suecos têm uma maior reflexão em relação às emigrações de características culturais e o que entendem ser a essência e a tradição dos seus países. Em outros países, como a Polónia e a Hungria, a reação vem no sentido de não quererem interferências alheias na sua independência nacional. Uma outra forma de reação em outros países vem no sentido de combate ao politicamente correto, nesta intromissão permanente do que se pode dizer, inclusive numa tentativa de censura dos grandes textos do passado.

Tudo isto está a provocar na Europa uma reação popular que se exprime através de forças políticas e isso está a criar algumas tentativas de controlo por parte da Esquerda. Vê-se, por exemplo, na questão dos chamados discursos de ódio. Em virtude destes movimentos populares usam muito os canais alternativos da 'Social Media', hoje tenta-se o policiamento e a censura de discursos e pessoas nestes canais.

Em Espanha este governo da frente de Esquerda prepara-se para aprovar medidas de controlo do discurso de ódio e de racismo. Mas o que é afinal este discurso de racismo?

São as ideias que eles próprios vão introduzindo, vindas dos seus conceitos ideológicos, visando a criação de um estado policial e de controlo. No entanto, em países nos quais as classes médias não são tão estúpidas como os intelectuais as acham, começam a existir reações, como o que está a acontecer um pouco por toda a Europa.

“Não faz sentido que em Portugal continue a existir este monopólio da Esquerda”

Jaime Nogueira Pinto

Pensões

Uma grande manobra de embuste político

"O Governo prepara-se sempre para o pior, desejando sempre o melhor -- e até agora tem corrido bem. Mas, se a taxa de juro sobe, sabemos que a despesa com as taxas de juro vai seguramente aumentar", disse António Costa em junho passado, garantindo que "o aumento das pensões será histórico" e reiterando que "não há a mínima dúvida de que iremos cumprir a fórmula que existe desde a reforma de 2007. As leis existem para serem cumpridas".

Acontece que apenas três meses mais tarde, o mesmo primeiro-ministro veio dar o dito por não dito, alterando a fórmula de cálculo das pensões e dando apenas um aumento correspondente a metade do valor da inflação, ao invés do total do aumento de preços.

Ainda assim, António Costa reiterava aos deputados, num debate na Assembleia da República sobre política geral, que em 2023 as pensões "vão ter um aumento como nunca tiveram neste século e, em 2024, cá estaremos para continuar a

política que temos seguido desde 2016: melhorar o rendimento das famílias e proteger as pessoas".

Ora, como ficou à vista de todos, trata-se de uma verdadeira manobra de ilusionismo político que não resiste a uma análise mais aprofundada da sua concretização prática, bastando um exercício breve de análise para a desmascarar.

Não há outra forma de qualificar esta medida senão como um verdadeiro embuste. Aquilo que o governo dá com uma mão, tira com a outra. Ou seja, pagou 50% do valor de uma pensão no mês de outubro e, ao mesmo tempo, reduz para metade a atualização das pensões em 2023. Em vez dos previstos 8%, os pensionistas vão receber apenas metade, ou seja, 4,43%.

Por exemplo, um pensionista que receba 400 euros de pensão mensal, em outubro recebeu 600 euros por força desta medida. No entanto, em 2023, o valor de atualização desta pensão será de apenas 4,43%, fixando-a a 417,7 euros. Se a mesma pensão fosse aumentada

tendo em conta o modelo existente até 2022, o valor do aumento desta pensão seria de 8% e deveria cifrar-se nos 432 euros.

E o pior vem depois. Em 2024, não havendo novas alterações à lei, os pensionistas passam a ter uma perda real das pensões por força desta alteração da fórmula de cálculo das atualizações.

Entretanto a inflação continua a subir e, segundo a estimativa rápida do Instituto Nacional de Estatística, outubro já registou uma taxa de inflação de 10,2%, o valor mais alto desde 1992.

Perante estes dados, o presidente do CHEGA referiu que este "é o primeiro sinal de um mau trabalho feito pelo Governo" que, alertou, "vai ter consequências aos vários níveis". André Ventura lembrou que o ministro das Finanças "já tinha dito que se houvesse uma alteração muito significativa na inflação que o Governo voltaria a mexer na atualização das pensões" e defendeu que "o país hoje exige que essa atualização seja feita, visto que o número previsto para o próximo mês é

extraordinariamente elevado, e mais elevado do que o Governo tinha previsto".

"Ou o Governo faz uma nova atualização, quer de salários da função pública, quer de pensões, ou então vamos ter perda de poder de compra ainda mais acentuada nestes dois segmentos, nos pensionistas e nos funcionários públicos", apontou.

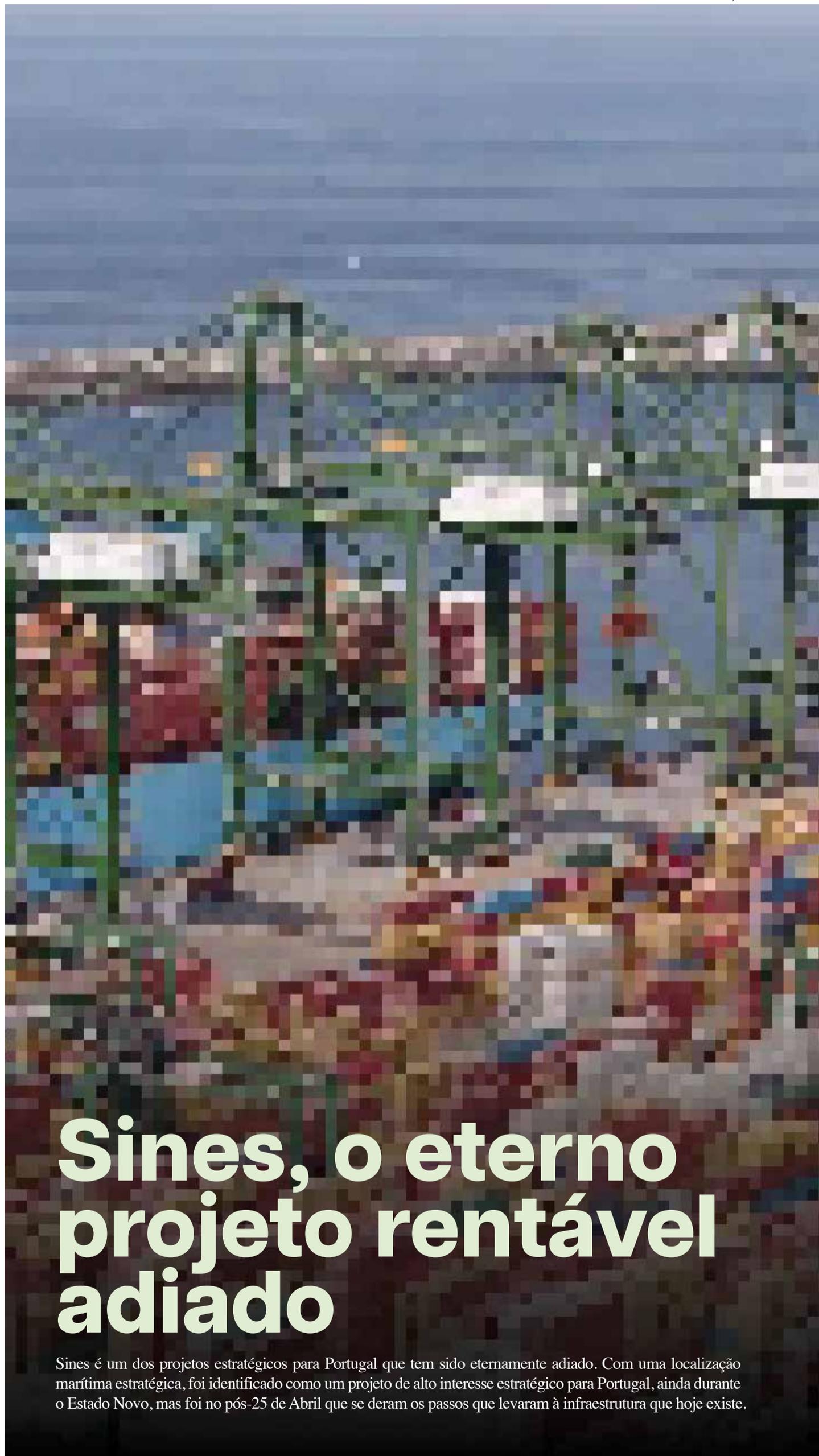
André Ventura considerou ainda que "é muito difícil acreditar que a inflação do próximo ano se vá estimar em 4 ponto qualquer coisa se a inflação de novembro e dezembro for perto dos 10%", e antecipou que, "muito provavelmente, as estimativas vão ter de ser revistas também em relação à inflação do próximo ano".

A previsão do Governo para a inflação do próximo ano é que esta diminua para 4% em 2023. Contudo, os números mais recentes contrariam de forma clara esta previsão e para o Governo cumprir o que prometeu terá mesmo de rever a atualização de pensões, compensando a devolução em 2023.

Folha Nacional

"Ou o Governo faz uma nova atualização, quer de salários da função pública, quer de pensões, ou então vamos ter perda de poder de compra ainda mais acentuada nestes dois segmentos"

André Ventura



Sines, o eterno projeto rentável adiado

Sines é um dos projetos estratégicos para Portugal que tem sido eternamente adiado. Com uma localização marítima estratégica, foi identificado como um projeto de alto interesse estratégico para Portugal, ainda durante o Estado Novo, mas foi no pós-25 de Abril que se deram os passos que levaram à infraestrutura que hoje existe.

A sua localização é perfeita do ponto de vista portuário e tem as condições naturais para um 'hub' de entrada de mercadorias na Europa, provenientes da Ásia, África ou do continente americano. No entanto, e apesar destas condições naturais, ficou sempre como um projeto adiado, pois ainda hoje, em pleno século XXI faltam-lhe as infraestruturas básicas de mobilidade, ou seja, uma auto-estrada que faça a ligação Sines-A2, um caminho-de-ferro que faça uma ligação a Espanha de forma rápida e direta ou um aeroporto logístico que sirva as empresas de logística internacionais.

A falta destas infraestruturas e a falta de visão política dos constantes governos da República têm sido peças fundamentais para este quase abandono de Sines e de todo o seu enorme potencial.

Muito antes da guerra que assola a Ucrânia, que trouxe a descoberto a dependência energética da Europa face ao gás russo, com especial ênfase para os países do norte, Portugal devia ter dado o passo em frente como porta de entrada de gás e futuramente do hidrogénio verde no velho continente.

Sines tem vida muito para além do porto de mercadorias, pois a localização da refinaria e de infraestruturas que já recebem gás deviam ter tornado este porto alentejano num espaço vital para a nova dinâmica energética da Europa.

Já existe um gasoduto que liga Sines a Aveiras e se não fosse a visão curta dos nossos constantes governos e de alguma inércia esta ligação já devia estar feita não apenas para o norte de Portugal, mas também para Espanha.

Com o conflito entre Rabat e Argel, que levou ao corte no fornecimento de gás argelino através do gasoduto que liga Marrocos a Espanha, Portugal devia ter tomado medidas e investido numa infraestrutura (gasoduto) que permitisse receber gás por mar, distribuí-lo internamente (para além de Aveiras) e diretamente para Espanha. Têm existido inclusive verbas disponíveis na União Europeia (UE) para este tipo de investimentos, no âmbito da diversificação energética, mas mais uma vez Portugal tende em não aproveitar os apoios comunitários.

Mas Sines vai para além do gás e do hidrogénio verde. Portugal, apesar de ter 48% da totalidade das águas marinhas sob a jurisdição dos Estados-Membros da UE, não tem quase expressão na exploração e conectividade de cabos de dados intercontinentais. Do ponto de vista estratégico, Sines tem neste âmbito um enorme potencial, existindo já alguns projetos em curso como o cabo Olisipo, que reforça a ligação de Portugal a todos os continentes. Este projeto da Ella Link terá uma capacidade de 4,3 petabits e ficará pronto em 2024.

Investimentos como o da Ella Link podem tornar Sines num importante 'hub' tecnológico ligado ao armazenamento e tratamento de dados, impulsionando a fixação de outros investimentos conexos.

Uma nova visão para Sines, assente numa aposta estratégica no porto como ligação ao mundo, nas energias atuais e futuras (refinaria, gás, hidrogénio verde), nas tecnologias ligadas ao armazenamento, tratamento e distribuição de dados baseados nos cabos marítimos e na fibra, na academia e na logística internacional, será certamente uma aposta ganha de futuro.

Apostar na atração de mais investimentos nos cabos marítimos de dados, aumentando a capacidade de 'hub' tecnológico em Sines, potenciando emprego qualificado e forte 'know how' nas áreas das Tecnologias de Informação deveria ser uma estratégia a seguir. É importante pensar Sines, não apenas como um porto que pode receber mercadorias de todo o mundo, mas como a porta de entrada na Europa por via marítima e por via aeroportuária ligada à logística internacional, que sirva como base para empresas como a Amazon ou a gigante chinesa AliExpress.

Para isso, Sines necessita de infraestruturas rododotoferrviárias que permitam receber e escoar mercadorias facilmente, ligando o porto à Europa.

Não podemos esquecer a integração da Academia em Sines, como polo de atração e formação de quadros, e pensar a cidade para um crescimento sustentado, acompanhando as boas práticas das cidades sustentáveis do futuro.

O potencial existe, agora faltam as políticas e as ações que permitam que Sines deixe de ser o eterno projeto adiado.



© TAP Portugal

Dinheiro dos contribuintes só tem bilhete de ida

A reversão da privatização da TAP foi uma das grandes bandeiras do primeiro Governo de António Costa, sob o argumento de que esta empresa era estratégica para o país e que, por essa razão, deveria ficar na órbita do Estado.

Recorde-se que a operação de privatização da TAP foi levada a cabo em novembro de 2015 pelo Governo de Passos Coelho, de coligação PSD/CDS-PP, tendo concluído a reprivatização de 61% do capital social da empresa com a aquisição pelo consórcio Atlantic Gateway, propriedade de Humberto Pedrosa e David Neeleman, dando assim cumprimento a um dos objetivos assumidos com a troika para recapitalizar a companhia e proporcionar-lhe viabilidade financeira.

A operação de renacionalização ficou concluída em 2017 quando o Estado decidiu recomprar as ações da empresa perfazendo um total de 50% do respetivo capital social, com vista a recuperar uma posição estratégica na companhia.

Esta operação foi objeto de análise pelo Tribunal de Contas (TdC), que fez um relatório sobre a mesma e que foi publicado em 2018, concluindo que o processo não foi o mais eficiente, tendo em conta as "sucessivas alterações contratuais" que acabaram por dar mais responsabilidades ao Estado, acabando por o expor "às contingências adversas da empresa". Esta auditoria do TdC recomendou

ao Governo que envidasse esforços para a aplicação de "um quadro regulador estável sobre a participação do Estado em empresas de carácter estratégico" e assegurasse "mecanismos adequados de partilha de riscos, de responsabilidades e de benefícios económicos e financeiros com o parceiro privado".

O relatório foi demolidor quanto a esta decisão, referindo mesmo que o Estado "recuperou controlo estratégico com a posição de maior acionista", mas "perdeu direitos económicos", com a agravante de "assumir maiores responsabilidades na capitalização e no financiamento da empresa". Pelo contrário, a redução da participação da Atlantic Gateway no capital social foi premiada com um aumento dos correspondentes direitos económicos.

Os auditores do Tribunal Constitucional referem no relatório que, "após a recomposição do capital social, a evolução da situação económica e financeira da empresa e as estimativas apresentadas no seu plano estratégico (capitais próprios e resultados líquidos) são positivas. Porém, subsistem os riscos inerentes às obrigações assumidas pelo

Estado e as projeções, até 2022, são insuficientes para aferir da sustentabilidade do negócio".

Quanto à operação de recompra, o TdC apurou que "teve 6,6 milhões de euros de encargos, tendo o acionista público suportado, através da Parpública, 2,9 milhões de euros (44%), a TAP SGPS 3,6 milhões de euros (55%) e o acionista privado 100 mil euros (1%). O montante despendido pela Parpública inclui 2,6 milhões de euros com a recompra de ações, 300 mil euros com outros encargos e 30 milhões de euros relativos à subscrição parcial do empréstimo obrigacionista. Foi acordado entre os acionistas que os encargos da reversão seriam suportados pelo Estado, através da Parpública, exceto 50% do valor da assessoria contratada (suportados pelo acionista privado). Porém, 91% dos encargos com consultadoria foram suportados pela TAP SGPS (3,6 milhões de euros)".

Mais recentemente, em 2020, numa audição no parlamento, o ministro Pedro Nuno Santos reiterava que "o contributo da TAP para a economia nacional é muito visível, muito forte".

"Nós precisamos de ter uma companhia que possa ir ao encontro daquela que é a visão estratégica do país para as suas ligações aéreas. Temos muitas motivações diferentes, não só no quadro nacional, mas de ligação do país a países com ligações históricas, para ligações a muitos países onde temos comunidades portuguesas de máxima importância, ligação a territórios com quem temos ligações económicas, de vários dos nossos setores industriais. Nós estamos a falar de uma empresa que responde não só a uma necessidade de mercado, mas que responde também a necessidades nacionais e isso só se faz quando nós temos influência numa empresa. Por isso, a intervenção na TAP é tão importante", explicou Pedro Nuno Santos.

Acontece que a posição do Governo sobre a TAP tem sido pouco clara e evoluiu desde a concretização da maioria absoluta sendo que agora o Governo parece querer avançar ainda este ano com a privatização de pelo menos 50% da empresa e poder concluir o negócio no início do próximo ano. Segundo

relatado pelas notícias, há mesmo no Governo quem admita a hipótese de venda da quase totalidade da companhia aérea, o que contraria de forma grosseira tudo o que foi defendido pelos socialistas.

Ora, esta reversão mereceu duras críticas do Tribunal de Contas, que afirmou que esta operação não era eficiente e onerou os contribuintes em vários milhões de euros. Sabe-se agora que a proposta eleitoral de travar a privatização da companhia aérea teve custos e estima-se que 3,2 mil milhões de euros já tenham saído do bolso dos contribuintes para servir este desiderato. Segundo afirma o TdC, "desde a reprivatização, os portugueses já gastaram mais de 3 mil milhões de euros na companhia aérea".

E agora o Governo, o mesmo que fez recuar a privatização da companhia aérea, pretende voltar a privatizar, brincando, desta forma, com o dinheiro dos contribuintes, dinheiro este que poderia e deveria ser injetado na economia para aliviar os custos da inflação, pois trata-se de dinheiro de todos os que trabalham e descontam para engrossar a conta bancária do Estado.

As lutas do CHEGA por Portugal

21 as lutas do CHEGA

CHEGA é sinónimo de luta: luta para conseguir constituir um partido no Tribunal Constitucional contra tudo e contra todos; luta para conseguir eleger um deputado à Assembleia da República; luta constante no Parlamento contra uma esquerda e extrema-esquerda que querem controlar o Estado e os cidadãos. O CHEGA nasceu da luta, travou muitas lutas e jamais vai desistir de lutar pelos portugueses. Esta luta teve o seu grande ponto de viragem quando o CHEGA elegeu o primeiro deputado, mas o dia 30 de janeiro deste ano é também muito impor-

tante porque mostra como os portugueses querem travar a batalha ao lado do CHEGA. Nas eleições legislativas deste ano, André Ventura deixou de ser deputado único para passar a ter a companhia de 11 outros deputados. O CHEGA conquistou 399.510 votos, quando em 2019 se tinha ficado pelos 67.826. Desde então, os deputados do terceiro maior partido português têm travado batalhas diárias, conquistando pequenas vitórias. O primeiro marco importante desta nova legislatura foi o lançamento da edição digital do Folha Nacional no

dia 10 de Junho, Dia de Portugal. Em julho, o CHEGA avançou com uma moção de censura ao Governo, como forma de mostrar o cartão vermelho ao Executivo pelo “caminho errado” que está a seguir. No mês seguinte surgiu uma das primeiras vitórias desta nova legislatura: a demissão da ministra da Saúde Marta Temido que deixou o Serviço Nacional de Saúde num verdadeiro caos com milhões de consultas, cirurgias e diagnósticos que ficaram por fazer devido à pandemia; com maternidades fechadas que levaram à morte de dois

bebés e uma grávida. O CHEGA pediu a demissão da ministra que acabou mesmo por abandonar o cargo. De referir ainda a apresentação do projeto de Revisão Constitucional que prevê uma alteração profunda a um documento que está desatualizado e que não serve os portugueses do século XXI e a discussão, finalmente, do projeto do CHEGA que prevê a pena acessória de castração química para pedófilos. Por fim, outro marco importante na vida do partido é o dia de hoje: o lançamento da primeira edição impressa do nosso jornal!



tique-taque

Mariana Mortágua

A polémica em torno de Mariana Mortágua chegou às capas dos jornais em março passado. Volvidos oito meses, não há ainda novidades sobre as queixas apresentadas junto do Ministério Público. Durante quanto mais tempo se vai arrastar este processo? Tique-taque... Tique-taque...

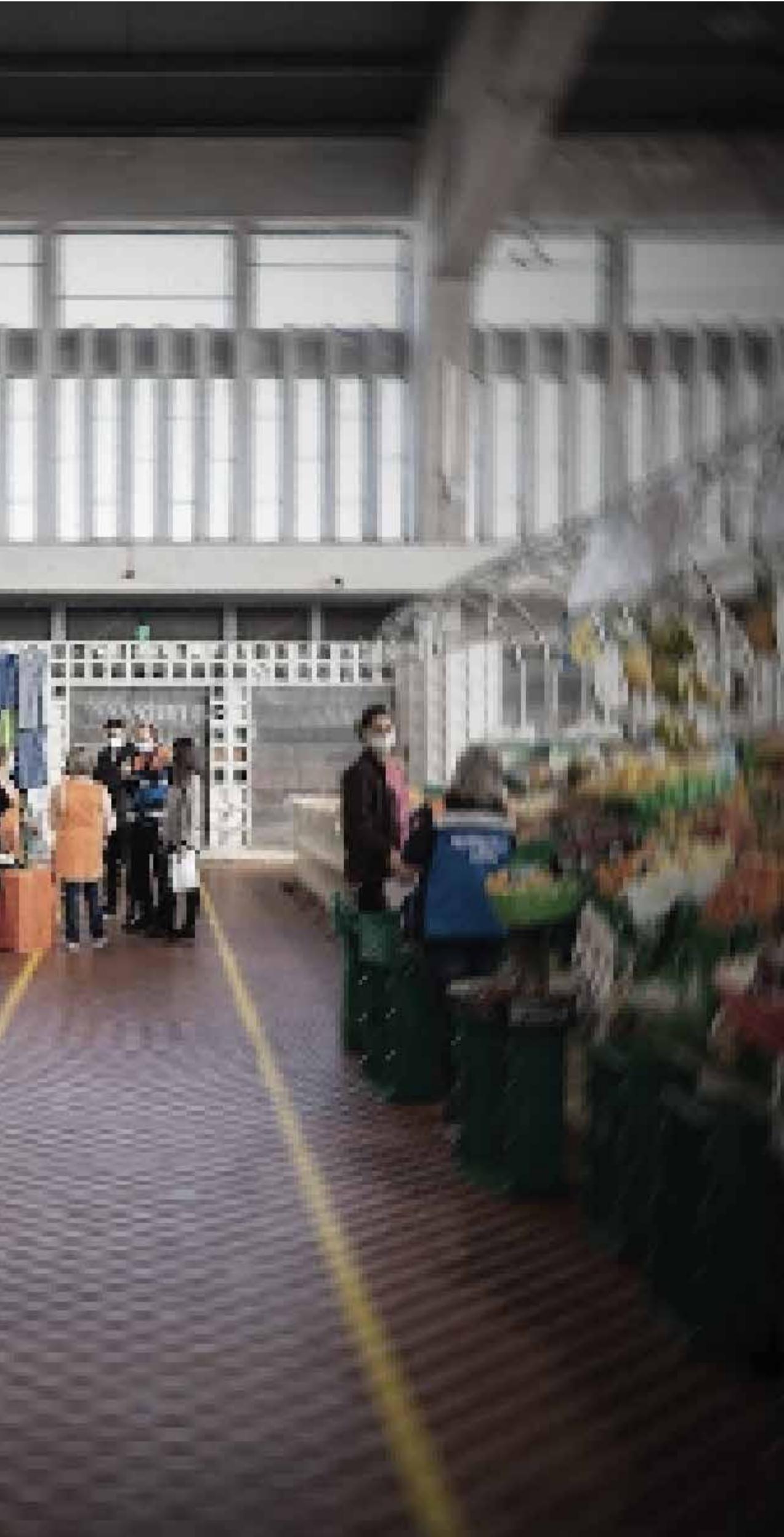
22 cabaaz alimentar

INFLAÇÃO aumento de preços compromete subsistência das famílias //p. 23

© Câmara Municipal de Lisboa



Alimentos cada vez mais caros deixam famílias em desespero



A pandemia da covid-19, a escalada da tensão bélica entre Rússia e Ucrânia e a inação do governo de Portugal para atenuar a pressão inflacionista tem vindo a penalizar cada vez mais o bolso das famílias portuguesas, levando à perda de poder de compra, de qualidade de vida e, em última análise, da sua sustentabilidade.

Em outubro de 2022, a estimativa rápida do INE apontou para uma inflação de 10,2%, o que representa o valor mais elevado em 30 anos. Porém, nos produtos alimentares e bens essenciais a inflação já ultrapassou a barreira dos dois dígitos há mais de cinco meses, atingindo de forma particularmente impiedosa os mais vulneráveis.

Analisando o preço de um cabaz de bens alimentares essenciais,

tares, como é o caso do óleo e dos ovos. No caso do óleo, houve uma grande pressão sobre a procura, tendo em conta que o óleo de girassol é importado da Ucrânia, tendo havido mesmo supermercados a limitar a sua venda.

Para fazer face a esta realidade de aumento de preços, o CHEGA apresentou um Plano de Salvação e Emergência Nacional, propondo vinte medidas que visam devolver às famílias o excedente de receita que o Governo já cobrou em impostos, para responder ao contexto económico e social que o país vive. Entre as várias medidas apresentadas pelo partido de André Ventura conta-se a proposta de um desconto direto de 20 cêntimos por litro em todos os combustíveis, o prolongamento da redução do imposto sobre

Custo do Cabaz Alimentar

24 - fev - 2022

31 - out - 2022

183,62€

210,82€

aumento de
14,81%



Fonte: DECO Proteste

podemos observar que o seu custo se cifra, atualmente, nos 210,82 euros, mais 27,20 euros do que em fevereiro, imediatamente antes do início do conflito armado na Ucrânia, segundo dados da DECO. Ou seja, desde fevereiro os preços do cabaz já aumentaram 14,81%, o que está acima da inflação registada em outubro.

Sabemos que nos produtos alimentares, o agravamento dos preços prende-se com o aumento dos custos energéticos, fatores ambientais, procura, custos logísticos, custos de produção, tratamento do produto final e, por fim, o custo imputado ao consumidor, construído com base no preço de compra ao fornecedor, mais a margem do revendedor, mais o imposto sobre valor acrescentado (IVA).

No entanto, existe margem para a intervenção do governo que poderia optar pela redução das taxas de IVA, o que faria certamente diferença no preço final. Uma proposta que, de resto, o CHEGA apresenta este mês no âmbito da discussão do Orçamento de Estado, acompanhada por outra proposta que prevê a aplicação de taxa 0% de IVA nos bens alimentares essenciais. Entre 2019 e 2022 é possível ver que o preço de alguns produtos alimentares considerados essenciais e indispensáveis aumentaram, por vezes, mais de 150%. Só este ano foi possível analisar um aumento de 130% nalguns desses bens alimen-

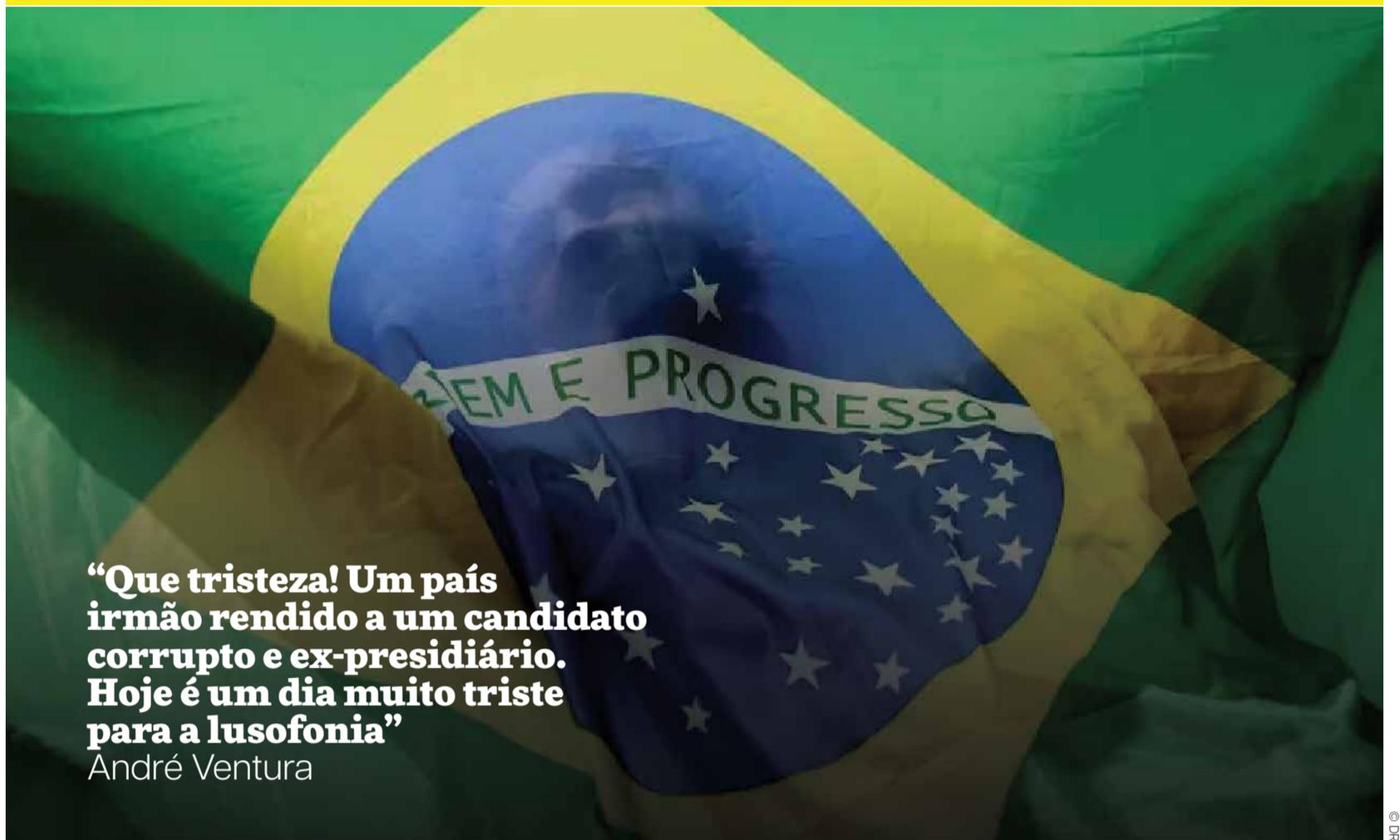
tares petrolíferos (ISP) e também a descida para 6% do IVA da eletricidade e gás para todo o consumo e não apenas para o consumo mínimo que o Governo impôs.

Relativamente ao IRS, o plano prevê o aumento da dedução no IRS com despesas de educação, gerais e familiares e de saúde, a atualização das tabelas de retenção de IRS de acordo com a taxa da inflação, apoios para o setor agropecuário para despesas com eletricidade e linhas de crédito para as pequenas e médias empresas fazerem face ao aumento dos custos energéticos e de matérias-primas.

Já no âmbito das propostas para o Orçamento de Estado para 2023, o CHEGA tem várias medidas para mitigar o impacto da inflação. Desde logo, a medida que passa pela atribuição de 125 euros durante 6 meses, com a possibilidade de prolongar por mais 6 meses, o que teria um grande impacto nas contas públicas - cerca de 10 mil milhões de euros - mas é uma medida necessária para dar margem de manobra às famílias.

Outra medida emblemática nesta área é a não tributação dos subsídios de férias e de Natal.

Relativamente aos salários mais baixos, o partido propõe uma subida de salário mínimo para 900 euros, sendo que serão dados apoios às empresas para suportar esta subida.



“Que tristeza! Um país irmão rendido a um candidato corrupto e ex-presidiário. Hoje é um dia muito triste para a lusofonia”

André Ventura

A democracia perdeu, a corrupção ganhou e o Brasil ficou dividido

Chegou ao fim a disputa pela presidência brasileira, depois de quase três meses de campanha eleitoral e com a eleição mais renhida de sempre: apenas 2 milhões de votos, de um total de 156 milhões de eleitores, separaram Jair Bolsonaro de Lula da Silva, o que em termos percentuais significa 1,8%.

Se a primeira volta já tinha mostrado um Brasil bastante dividido, com Lula da Silva à frente, mas, ao contrário do que diziam as sondagens, abaixo dos 50%, a segunda volta encurtou ainda mais a margem entre os dois contendores, levando mesmo Bolsonaro a conseguir mais 6 milhões de votos do que na primeira volta, um número superior aos votos que o elegeram na sua primeira eleição, em 28 de outubro de 2018. Na eleição de 30 de outubro de 2022, o presidente brasileiro, apesar de derrotado, conseguiu mais 408 mil votos do que em 2018, cifrando-se desta feita nos 58.206354, um pouco à semelhança do que aconteceu recentemente com Trump nas eleições americanas.

Esta foi uma eleição muito polarizada entre dois candidatos situados em campos totalmente opostos: Bolsonaro afirmativamente de uma direita conservadora e Lula da Silva, alinhado à esquerda e apoiante de todos os regimes esquerdistas que se instalaram no continente americano, com um passado fortemente ligado à corrupção.

Os casos de corrupção em que Lula esteve envolvido são incontáveis e as burlas ascendem a vários milhões de euros. Entre outros, destaca-se o

‘Mensalão’, em que era instituído um pagamento mensal aos deputados para que estes votassem favoravelmente as propostas do Partido dos Trabalhadores, sendo esse dinheiro proveniente do Estado. Mas também a operação ‘Lava Jato’, que destapou o maior escândalo de corrupção de sempre do Brasil e apanhou Lula nas suas malhas.

Num processo conduzido pelo juiz Sérgio Moro e que dura há vários anos, Lula foi condenado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, tendo recebido um apartamento de luxo como suborno, mas viu estas sentenças anuladas em 2021 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que teria havido um erro processual. No entanto, sem nunca ilibar o atual vencedor das eleições.

Depois de 580 dias preso, Lula voltou ao combate político e em maio de 2022 oficializou a sua candidatura à presidência do Brasil.

Jair Bolsonaro já aceitou, entretanto, a derrota, começando por agradecer aos 58 milhões de brasileiros que votaram em si. “Enquanto presidente da República e cidadão, continuarei cumprindo todos os mandamentos da nossa Constituição”, reiterou, não deixando de apontar aos seus adversários: “Sempre fui rotulado

como antidemocrático e, ao contrário dos meus acusadores, sempre joguei dentro das quatro linhas da Constituição. Nunca falei em controlar ou censurar a mídia e as redes sociais”, disse Bolsonaro, afirmando ainda aos seus apoiantes que “formamos diversas lideranças pelo Brasil. Nossos sonhos seguem mais vivos do que nunca”.

Em Portugal, o primeiro-ministro António Costa, a par de outros destacados socialistas como o ex-primeiro-ministro José Sócrates, não perdeu a oportunidade para apoiar a candidatura de Lula e apelar ao voto no candidato do PT, expressando-se nos seguintes termos: “O mundo precisa de um Brasil forte, um Brasil que participe das grandes causas da humanidade, mas que combata a desigualdade, na luta pela saúde, para enfrentar as alterações climáticas. O Brasil e o mundo precisam de Lula da Silva. Lula conte comigo”

Após a eleição de Lula, Costa escrevia no Twitter: “Já tive a oportunidade de felicitar calorosamente Lula da Silva pela sua eleição como Presidente da República do Brasil. Encaro com grande entusiasmo o nosso trabalho conjunto nos próximos anos, em prol de Portugal

e do Brasil, mas também em torno das grandes causas globais”.

Por sua vez, André Ventura, reagindo à vitória de Lula, expressava o seu desagrado nas redes sociais dizendo “Que tristeza! Um país irmão rendido a um candidato corrupto e ex-presidiário. Hoje é um dia muito triste para a lusofonia, mas queria apelar a todos para que se evite a violência ou a perturbação da ordem constitucional. Dói sempre perder para a extrema-esquerda, a vida continua!”. Em conferência de imprensa, no dia seguinte à eleição, o presidente do CHEGA expressava a sua solidariedade para com Bolsonaro: “Imagino como se devem sentir Jair Bolsonaro e a sua equipa neste momento. Perder é sempre difícil, perder para a extrema-esquerda é mais difícil, perder para um antigo presidiário é algo impensável. Perder para um antigo presidiário por corrupção é algo que nunca imaginámos, nem nos nossos piores pesadelos”.

André Ventura reforçou ainda que “é fundamental para Portugal e para o Brasil que não haja episódios de violência e alegações não sustentadas de fraude” e acrescentou que “é importante saber ganhar, mas também é importante saber perder”.

Conheça Lula da Silva

o Presidente condenado por corrupção (e outros crimes)

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 1945 na cidade de Garanhuns, no interior de Pernambuco. A sua vida profissional levou-o a trabalhar na área da indústria, acabando por ser eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1975. Cinco anos depois, em 1980, Lula da Silva fundou o Partido dos Trabalhadores e depois de várias candidaturas frustradas à Presidência do Brasil, Lula chegou ao poder em 2003, de onde saiu ao fim do segundo mandato, em 2011. Desde então, o agora Presidente eleito do Brasil foi condenado pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de influências e fraude, tendo cumprido pena de prisão. Recorde os grandes escândalos de corrupção que envolvem Lula da Silva.

Mensalão

Em 2005, o então presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) acusou o PT (de Lula da Silva) de pagar uma mesada, que em brasileiro ficou conhecida por mensalão, para que os deputados de outros partidos votassem a favor de Lula e do seu Governo nas duas câmaras do Congresso. Este esquema de corrupção, que terá envolvido mais de 46 milhões de euros (na época), levou a que fossem constituídos 38 arguidos e condenados 24, entre os quais se encontravam políticos importantes do PT e do governo de Lula da Silva que, por sua vez, negou a existência de um mensalão da responsabilidade do seu partido.

A “querida” Dilma Rousseff

Uma conversa telefónica interceptada entre Lula e Dilma Rousseff não deixou dúvidas ao juiz Sergio Moro: os dois conspiravam para garantir que o primeiro não fosse preso. A conspiração passava pela assinatura do despacho que nomeava Lula da Silva como ministro-chefe da Casa Civil, pois esta nomeação garantir-lhe-ia imunidade política, caso fosse formulada alguma acusação.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Lula foi acusado dos crimes de tráfico de influência, corrupção passiva e lavagem de dinheiro com o propósito do BNDES beneficiar a construtora Odebrecht.

Mensalão também chegou a Portugal

A denúncia partiu de um publicitário em 2012. Segundo Marcos Valério, em 2005, o PT de Lula teria recebido cerca de 7 milhões de dólares da Portugal Telecom. O objetivo era o de facilitar a compra da Teleming, uma empresa de telecomunicações no Brasil. Tanto em Portugal, como no Brasil o caso foi arquivado, mas por cá o então presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa, ainda chegou a ser constituído arguido, mas acabou por ser ilibado e o caso então arquivado.

José Sócrates, o amigo!

Lula da Silva foi o autor do prefácio do livro 'A Confiança no Mundo – Sobre a Tortura em Democracia', cujo autor é o ex-primeiro-ministro português, José Sócrates. O político brasileiro não só foi o autor do prefácio como viajou para Portugal para a apresentação da obra, em 2013. Já no decorrer da Operação Lava Jato soube-se que a viagem havia sido paga pela construtora Odebrecht que negou a ligação com José Sócrates.

Operação Lava Jato

O Ministério Público do Brasil calculou que este esquema de subornos a governantes e deputados feitos por construtoras, nomeadamente a OAS e a famosa Odebrecht, envolveu 141 milhões de reais (cerca de 46,5 milhões de euros) e movimentou o equivalente a 2,5 mil milhões de euros. Este esquema lesou o Estado brasileiro em largos milhões, uma vez que os subornos eram pagos com dinheiro desviado da Petrobras, a petrolífera estatal brasileira. Lula da Silva foi apanhado no esquema por causa de um apartamento triplex da construtora OAS que serviu de suborno (550 mil euros) ao presidente brasileiro para que garantisse a assinatura de contratos entre a construtora e a Petrobras.

Operação Zelotes

Novamente, Lula foi acusado de lavagem de dinheiro e tráfico de influências num caso relacionado com a compra de caças suecos no qual Lula terá recebido 'luvas brancas'.

Condenações caíram, mas Lula não foi ilibado

Lula da Silva não cumpriu a pena de prisão completa a que foi condenado porque o Supremo Tribunal Federal anulou as condenações por considerar que existiram erros processuais no decorrer do julgamento e porque, na opinião dos magistrados, o juiz Sérgio Moro não foi imparcial na sua decisão. Por outras palavras, não ficou provado que Lula da Silva é inocente e houve processos que acabaram por prescrever, razão pela qual o agora Presidente do Brasil já não pode ser julgado.



Viktor Órban, a pedra no sapato de Bruxelas

"Uma vitória tão grande que podem vê-la da lua e, certamente, de Bruxelas". Foi desta forma que o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, se dirigiu aos seus apoiantes no discurso de vitória nas eleições nacionais, no passado dia 3 de abril, tendo obtido mais de 50% dos votos, derrotando assim a oposição unida.

O líder do Fidesz preside à Hungria há 12 anos e tem estado permanentemente debaixo do fogo de Bruxelas, uma vez que defende uma agenda conservadora nos valores e não se verga ao politicamente correto.

As ameaças de Bruxelas são constantes e passam sempre por cortes nos fundos de coesão. A última foi no passado mês de setembro, com a Comissão Europeia a tomar uma decisão inédita no sentido de cortar à Hungria um terço dos fundos de coesão, propondo a suspensão de sete mil e quinhentos milhões de euros. Esta tem sido a nova arma de que as instituições europeias se têm servido para se imiscuírem nos assuntos internos dos seus Estados membros quando entendem que as escolhas políticas desses Estados não estão em linha com os valores europeus.

É neste cenário que Órban venceu as eleições, resistindo a pressões externas e dando uma lição de vontade popular e defesa da soberania húngara. No entanto, a pressão tem vindo a acentuar-se e, mais recentemente, o Parlamento Europeu aprovou um relatório onde refere que a Hungria já não pode ser considerada uma democracia plena, tendo em conta que "quatro anos após o relatório que deu início ao processo do artigo 7.º, os eurodeputados continuam preocupados com várias áreas políticas relacionadas com a democracia e os direitos fundamentais na Hungria. Algumas das principais áreas são o funcionamento do sistema constitucional e eleitoral, a independência do sistema judicial, corrupção e conflitos de interesse, e a liberdade de expressão, incluindo o pluralismo dos media. A liberdade académica, a liberdade de religião, a liberdade de associação, o direito à igualdade de tratamento, incluindo os direitos LGBTIQ, os direitos das minorias, bem como os dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados, também são problemáticos."

Nesta senda, os eurodeputados propõem mesmo à Comissão Europeia que se abstenha de aprovar o plano de recupe-



Viktor Órban é o líder do partido Fidesz, preside à Hungria há 12 anos e não tem medo de desafiar as ordens de Bruxelas

ração e resiliência húngaro "até que a Hungria tenha cumprido integralmente todas as recomendações relevantes do Semestre Europeu e implementado todos os acordos relevantes do Tribunal de Justiça da UE e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem; excluir do financiamento os programas de coesão que contribuem para a má utilização dos fundos da UE ou para a violação do Estado de direito; e aplicar mais rigorosamente o Regulamento Disposições Comuns e o Regulamento Financeiro, a fim de combater qualquer utilização indevida de fundos da UE por motivos políticos." Mas afinal quais são esses "valores" europeus da atualidade?

Aparentemente passam pela defesa da ideologia de género, que representa uma nova versão do marxismo na medida em que substitui a luta de classes pelo conflito entre sexos, entendendo que não se pertence ao sexo biológico masculino ou feminino, mas à "identidade" que cada qual decide pertencer.

Mas também pela defesa do aborto como um "direito humano" e da eutanásia como uma opção a ser disponibilizada aos mais velhos e vulneráveis em vez dos cuidados paliativos. Estes novos "valores" consistem ainda na defesa da imigração a todo o custo, sem ter em conta condições de acolhimento nos países que recebem, bem como qualquer adaptação à cultura dos povos europeus.

Recentemente, no Parlamento português, o Livre decidiu levar a votação um Projeto de Resolução que "recomenda ao Governo que tome iniciativas após a determinação, por parte do Parlamento Europeu, de que a Hungria já não é uma democracia plena", tendo contado com os votos a favor do próprio Livre, Bloco de Esquerda, PAN e Iniciativa Liberal e abstenções de PS e PSD.

O CHEGA votou contra este projeto por entender que se trata de uma interferência inaceitável num Estado de Direito livre e independente, membro da União Europeia, sendo por isso também um ato profundamente anti-democrático.



© Giorgia Meloni

Itália teve coragem, virou à Direita e deixou a Esquerda para trás

Em setembro, Itália foi a votos e Giorgia Meloni saiu vitoriosa, liderando uma coligação de direita com a Liga (Matteo Salvini) e a Força Itália (Silvio Berlusconi).

Estes três partidos alcançaram em conjunto 43,8% dos votos, o que se materializou numa maioria clara de 237 dos 400 mandatos na Câmara dos Deputados e em 115 dos 200 lugares no Senado.

A líder dos Irmãos de Itália, Giorgia Meloni, tomou posse no passado dia 22 de outubro como primeira-ministra, tornando-se assim na primeira mulher, mãe, italiana e cristã a liderar um governo em Itália. Perante Sérgio Mattarella, Presidente da República italiana, Meloni proferiu o seu juramento, dizendo “juro ser fiel à República, cumprir lealmente a Constituição e as leis e exercer o meu mandato e as minhas funções no interesse exclusivo da nação”.

Meloni nomeou como vice-presidentes Matteo Salvini, líder da Liga e Antonio Tajani, líder do Força Itália, sendo que Salvini acumula também a pasta das Infraestruturas e Mobilidade Sustentável e Tajano a tutela dos Negócios Estrangeiros.

A pasta da Economia ficou com Giancarlo Giorgetti, membro da Liga mas apoiante de Draghi, o que foi bem visto pelos mercados, naquela que é a terceira economia da União Europeia, mas tem uma dívida de 150% do PIB.

O seu Governo é composto por 24 ministérios e um subsecretário da Presidência, Alfredo Mantovano, sendo que oito serão do partido de Meloni, quatro da Liga e seis do Força Itália. Seis ministérios serão ocupados por técnicos.

Esta eleição em Itália mostrou que não são os políticos de Bruxelas que decidem as eleições, nem tão pouco alguma comunicação social enviesada, mas sim cada povo, cada nação e que os resultados e a democracia têm mesmo de ser respeitados. Isto apesar das ameaças da presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen, que asseverou antes das eleições que “a Europa vai travar a Itália com sanções financeiras”, o que consubstanciou

uma ingerência inaceitável nas eleições de um país sobreano.

O sufrágio italiano mostrou também que os italianos não ligaram aos insultos da esquerda e extrema-esquerda, que vulgariza o termo “fascista”, arremessando-o caluniosamente contra todos os que não são de esquerda, desvalorizando e banalizando esse conceito e descredibilizando-se cada vez mais.

Convém lembrar que Itália sofreu de forma particularmente intensa a crise migratória e a solidariedade europeia não se fez sentir, tal como a resposta dos partidos de esquerda a esta questão. Esquerda essa que se

esqueceu das pessoas e esteve sempre mais preocupada com lobbies e corporações, levando a que os que antes votavam à esquerda se transferissem para a direita.

Houve também uma escolha inequívoca dos eleitores pela direita patriótica que defende os valores conservadores como a defesa da vida, contra o aborto, a eutanásia e a ideologia de género e pela soberania dos povos, em detrimento dos diretórios de Bruxelas.

O partido CHEGA felicitou Giorgia Meloni e Matteo Salvini pelos resultados obtidos nas eleições, referindo que estes “abrem caminho a uma verdadeira mudan-

ça de políticas em Itália e, ao mesmo tempo, a uma reconfiguração política da Europa.”

O presidente do partido, André Ventura, sublinhou ainda que é “agora a vez de a Itália dar mais um sinal claro de que o Continente Europeu está em profunda mudança e que os eleitores confiam cada vez mais nos partidos que defendem, sem reservas, a soberania dos seus povos, as suas tradições e valores civilizacionais, como é o caso do CHEGA em Portugal”, estando seguro que “estes ventos de mudança irão chegar a Portugal e que também os portugueses terão direito a virar a página e eleger quem seja capaz de defender os seus interesses” e que Itália merece “uma solução governativa forte, estável e capaz de enfrentar os tempos duros que se avizinham.”

“Os eleitores confiam cada vez mais nos partidos que defendem a soberania dos seus povos, as suas tradições e valores”

André Ventura

28

cristãos perseguidos

OPRESSÃO conheça os países onde os cristãos são mais perseguidos //p. 29

© Vatican News



Os cristãos estão a ser perseguidos e mortos, mas ninguém se importa

O número de cristãos assassinados um pouco por todo o mundo tem vindo a aumentar, mostram os dados recolhidos relativos ao ano de 2021. Este é um tema que não aparece na comunicação social 'mainstream', porque simplesmente não interessa a certas agendas, sobretudo às ligadas à esquerda e à extrema-esquerda globalistas.



Não é um fenómeno novo, mas já está a ser monitorado pela World Watch List (WWL), face à sua gravidade na violência infligida, face aos números crescentes todos os anos e aos motivos que geram este tipo de perseguição.

Segundo a WWL, em 2021 o número de cristãos mortos aumentou 60%, num total de 4.761. Nesta lista de países onde existe maior perseguição e morte de cristãos, a Nigéria lidera no número de cristãos mortos com 3.530 incidentes.

Muitos cristãos são alvo de violência por não negarem Jesus, sendo este, um fenómeno em crescendo desde que passou a ser monitorado.

Os dados recolhidos este ano pela Lista Mundial da Perseguição mostram que já foram mortos 5.898 cristãos. Em causa, o facto de seguirem a religião cristã.

Segundo a mesma lista foram atacadas 5.110 igrejas ou edifícios onde se pratica a fé cristã, tendo sido detidos, sem julgamento, presos e condenados 6.175 cristãos.

O relatório relativo a 2021 sobre a perseguição a cristãos refere que a Nigéria tem quatro em cada cinco mártires, a China tem três em cada cinco ataques a igrejas e o Afeganistão, desde a tomada do poder pelos Talibãs, está pior do que a Coreia do Norte.

No total, 360 milhões de cristãos vivem em nações com altos níveis

de perseguição ou discriminação. Isso representa um em cada sete cristãos em todo o mundo, inclusive um em cada cinco na África, dois em cada cinco na Ásia e um em cada 15 na América Latina.

Na origem das perseguições está a opressão islâmica, a opressão comunista, o nacionalismo religioso e a paranóia ditatorial, liderando esta lista de 50 países, o Afeganistão, a Coreia do Norte, a Somália, a Líbia e o Iémen - todos países islâmicos, à exceção do país norte-coreano.

“Quão perseguidas foram essas pessoas, quão sofreram pelo Evangelho! Mas não negociaram a fé. São um exemplo.”

Papa Francisco

O Papa Francisco tem denunciado esta situação desde 2019, nomeadamente lembrando o que foram as perseguições no tempo da União Soviética, continuando hoje os motivos a serem políticos (em alguns casos), mas na sua larga maioria estando ligados ao fundamentalismo islâmico.

“Quão perseguidas foram essas pessoas, quão sofreram pelo Evangelho! Mas não negociaram a

fé. São um exemplo. Hoje, no mundo, na Europa, muitos cristãos são perseguidos e dão a vida por causa da sua fé ou são colocados de parte, marginalizados”, referiu o Sumo Pontífice no auditório Paulo VI perante milhares de pessoas.

Este tipo de falta de tolerância religiosa é típica de regimes ditatoriais, como é o caso da Síria, Eritreia e Uzbequistão, de regime fundamentalistas no que diz respeito à religião, como acontece no Afeganistão, na Somália, na Líbia, no Iémen ou na Nigéria, e de regimes comunistas, caso da Coreia do Norte e da China.

A Europa, é sabido, foi fundada nos princípios da liberdade e da igualdade, mas também nos valores judaico-cristãos.

No entanto, temos vindo a assistir cada vez mais ao longo do século XXI a uma abertura de fronteiras que coloca esses mesmos princípios em risco, uma vez que a larga maioria dos que se vêm refugiar no continente europeu são de origem islâmica.

A Europa foi fundada também com base em valores de solidariedade e não os deve perder, nem renegar, mas jamais pode comprometer a segurança física, moral, cultural e religiosa dos europeus em prol de pessoas com culturas totalmente distintas, tanto a nível cultural, como religioso e moral.



© Vatican News

Países hostis à presença de cristãos

PERSEGUIÇÃO EXTREMA os principais países no mundo

País	Tipo de Perseguição	Religião predominante
 Afeganistão	Islâmica	Islamismo
 Coreia do Norte	Comunista	Ideologia juche
 Somália	Islâmica	Islamismo
 Líbia	Islâmica	Islamismo
 Iémen	Islâmica	Islamismo



Xi (Mao) Jinping? Presidente da China reforça poder e equipara-se a Mao

O Partido Comunista Chinês encerrou o seu 20º Congresso a 22 de outubro, reforçando o poder de Xi Jinping que, aos 69 anos, conquistou um terceiro mandato de liderança de cinco anos como secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC).

Com este terceiro mandato, Xi quebrou com a 'praxis' instituída de dois mandatos, solidificando o seu lugar como o governante mais poderoso da China desde Mao Zedong (Mao Tsé-Tung), fundador da República Popular da China.

O Grande Salão do Povo encheu-se com 2300 delegados para saudar a ascensão de Xi Jinping que não deu qualquer margem às elites do partido para sequer apresentarem queixas face à quebra da tradição dos líderes chineses cumprirem apenas dois mandatos.

Por este motivo, Xi encheu o topo da hierarquia do partido com elementos leais, a começar pela escolha para primeiro-ministro de Li Qiang, de 63 anos, ex-secretário do partido em Xangai.

O primeiro-ministro Li Keqiang,

que se podia ter mantido no comité permanente até 2027, foi afastado de forma humilhante. Afastados foram também Han Zheng, secretário do Partido em Xangai, Wang Yang, chefe do órgão consultivo do Partido, e Li Zhanshu, presidente da Assembleia Nacional Popular.

Li e Wang, que se conhecem desde a juventude comunista, foram perdendo poder durante a década de poder de Xi Jinping. Tal deve-se, segundo fonte de um estudioso de Pequim (que não pretende ser identificado), ao facto de Li ser considerado a única voz contrária dentro do Comité Permanente.

Um outro incidente que abalou a harmonia e coreografia do evento foi a saída em braços do

antecessor de Xi, Hu Jintao, de 79 anos. Segundo fontes oficiais, o ex-líder chinês ter-se-á sentido mal e, por isso, retirado da sala. No entanto, e de acordo com a BBC, a sua retirada ter-se-á tratado de uma encenação: o passado a sair por completo da fotografia.

Deste congresso saiu também um forte aviso: Taiwan deverá integrar novamente a 'Grande China'. E esse retorno, Xi Jinping deixou claro, irá acontecer, nem que para isso seja necessário usar a força.

Ficou, assim, o aviso de que o mundo poderá estar prestes a assistir a outro conflito. Depois da Rússia-Ucrânia poderá ser a guerra entre Taiwan e China.

Facto é que o congresso do PCC reforçou o poder e a autoridade de Xi Jinping, o

que se traduz também num reforço do estado policial, da censura, de uma estratégia de domínio 'a todo o custo' da China no mundo e num permanente conflito a vários níveis com os Estados Unidos da América.

O ocidente olhou para Xi Jinping como um grande reformador quando este se tornou o 'líder supremo' da China, o homem que ia abrir o país a uma economia de mercado moderna e mais liberal.

Porém, o tempo mostrou que os analistas estavam errados. Hoje, Xi 'o poderoso', não só é o líder da segunda economia mundial, como acumula um poder quase supremo na China, rodeando-se dos seus mais fiéis companheiros de luta e sem qualquer oposição interna.

Xi Jinping tornou-se, assim, mais poderoso do que o pai da China comunista, Mao Tsé-Tung que, estimam os estudiosos, terá sido responsável pela morte de 40 a 70 milhões de pessoas.

Folha Nacional

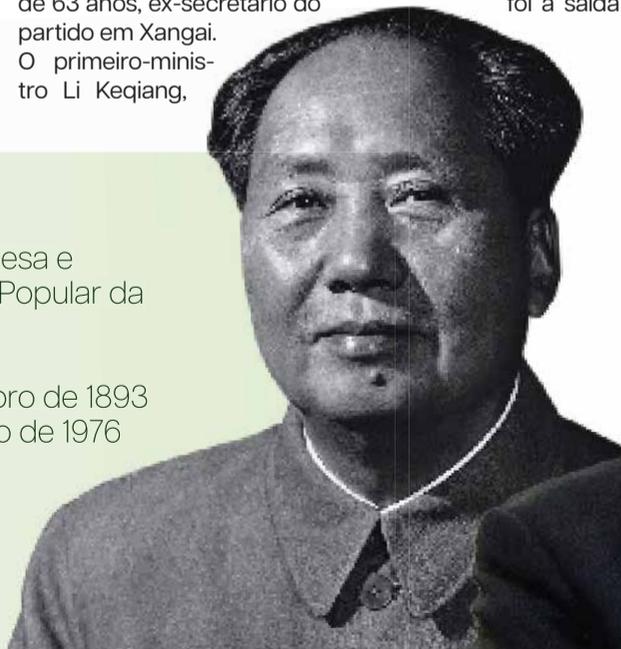
MAO TSÉ-TUNG

Líder da Revolução Chinesa e Fundador da República Popular da China

Nasceu a 26 de dezembro de 1893
Faleceu a 9 de setembro de 1976

GOVERNOU A CHINA DURANTE 10 ANOS

(1949-1959)



XI JINPING

Atual Presidente da República Popular da China

Nasceu a 15 de junho de 1953

GOVERNA A CHINA DESDE 2013

Na África do Sul matam-se brancos. Não é racismo?



© DR

Com o fim do regime do Apartheid em 1994, regime que segregava os grupos raciais não brancos, realizaram-se as primeiras eleições multirraciais nesse mesmo ano, ganhas por Nelson Mandela.

A África do Sul com Mandela tentou cicatrizar as feridas do passado e construir um país multirracial, multicultural e justo para todos. Sabemos hoje que esse plano falhou redondamente, pois a sociedade sul-africana continua profundamente fraturada, onde impera mais do que nunca a violência. A África do Sul é um dos países mais violentos do mundo, onde reina a corrupção – como em tantos outros países do continente africano –, onde impera a pobreza profunda e onde os crimes de natureza racial são constantes, mas ignorados pela larga maioria da comunicação social mundial pela única razão de serem cometidos contra as comunidades brancas. Dados oficiais revelam que entre 1996 e 2017 morreram 1549 agricultores brancos, num universo aproximado de 11.771 casos reportados. Estes são dados da polícia, dados que tanto organizações não governamentais, como várias associações,

nomeadamente a Transvaal Agricultural Union (TAU), criticam, pois segundo Gideon Meiring, presidente da TAU, a “polícia não é parte da solução, mas parte do problema”. Kallie Kriel, do AfriForum, chega mesmo a acusar o ministro da Agricultura e outros políticos de serem eles os incitadores deste tipo de ataques, não apenas contra os agricultores brancos, mas contra a comunidade caucasiana no geral. Johan Burger, do Instituto de Estudos e Segurança, avança que um dos problemas é a falta de sistema de comando na polícia e exército em geral, o que criou, sobretudo nas zonas rurais, um vácuo que permite que estes crimes aconteçam permanentemente. A Human Rights Watch aponta que estes ataques de índole racista acontecem desde 1994 e que os constantes governos sul-africanos têm falhado em toda a escala no combate a este tipo de crimes,

deixando populações brancas e não só desprotegidas. Foram os agricultores e associações ligadas a estes que criaram um programa não oficial, o ‘Farm Watch’, que, através de milícias armadas, tenta combater estes crimes raciais hediondos. Segundo estas associações já morreram, desde 1994, mais de 6 mil agricultores brancos (dados não oficiais), apenas por terem a pele clara, tratando-se na sua maioria de crimes violentos, envolvendo espancamento até à morte, violações em massa, esfolamento de pessoas ainda vivas que são também queimadas e ainda assassinatos com recurso a golpes de catana. As vítimas que sobrevivem ficam marcadas para toda a vida e assistem, na maioria das vezes, à passividade das autoridades. Existem várias correntes dentro do ANC (African National Congress), partido que governa a África do Sul

desde 1994. Mais recentemente, Julius Malema (ex-ANC) fundou o partido de extrema-esquerda EFF (Economic Freedom Fighters) que defende, entre outras coisas, a violência contra os brancos (agricultores ou não) e o confisco das suas propriedades. Julius Malema e os seus apoiantes entoam nos seus comícios cânticos como “kill the Boer” ou “kill the white people, Africa is for africans” – boer significa agricultor no idioma local e é um termo usado pela comunidade africana para se referir pejorativamente aos habitantes brancos, num claro incitamento ao ódio racial. Estes políticos herdeiros de Nelson Mandela nada aprenderam com ele, tendo transformado uma nação que podia prosperar numa sociedade violenta, segregada (embora não oficialmente), pobre e onde a corrupção tem um papel cada vez maior. Estes ataques racistas contra brancos continuam a não ser noticiados pela comunicação social ‘mainstream’ do mundo ocidental que defende o movimento “black lives matter”, mas

que se recusa a noticiar o que se passa na África do Sul, esquecendo-se que o verdadeiro lema de uma sociedade é o de que todas as vidas humanas importam, independentemente da cor da sua pele. Estes homens e mulheres são tão africanos como os negros, indianos, chineses entre outros, que nasceram e vivem em África, alguns como os ‘Boer’ há mais de 300 anos, e deveriam ser respeitados, protegidos e tratados como cidadãos iguais em direitos e deveres. Estes ataques não são apenas contra brancos, mas também contra outras etnias ou mesmo nacionalidades, sendo também alvos preferenciais os imigrantes africanos, como é o caso dos moçambicanos, que muitas vezes são queimados vivos nos bairros periféricos das grandes cidades. Perante estes casos de violência racial impera um silêncio constrangedor de associações como a Woke ou o SOS Racismo, não havendo qualquer declaração a este respeito e, menos ainda, uma condenação pública de políticos como Julius Malema por incitar estes ataques raciais que configuram o genocídio de uma comunidade.

Santos & Pecadores

Santos Os Contribuintes

Em mais uma trapalhada socialista de medidas de propaganda e aprovadas à pressa, milhares de contribuintes acreditaram que iriam receber 125 euros no mês de outubro, mas acabaram por não receber. Em causa, o facto de os seus dados de IBAN terem sido alterados no Portal das Finanças sem a sua autorização e sem que haja uma explicação dos serviços da Autoridade Tributária para o sucedido.



Pecador Fernando Medina

O ministro das Finanças, Fernando Medina, peca ao apresentar ao país um Orçamento de Estado que mais não é do que um conjunto de falsas esperanças. Apesar de negar, o pecado sabe que este é um OE de austeridade que vem agravar ainda mais as condições das famílias e das empresas. É um orçamento que também maltrata os funcionários públicos e os reformados, que em 2023 vão ter a maior perda do poder de compra em uma década.



Pinóquio

o contador de mentiras

António Costa

O Pinóquio desta edição é o nosso primeiro-ministro, António Costa, pela forma como mente descaradamente aos portugueses. Primeiro, por afirmar que o Orçamento do Estado para 2023 não é de austeridade; segundo, porque com a alteração do cálculo das reformas vai fazer um dos maiores cortes de sempre aos pensionistas; e, em terceiro, porque depois de ter assumido em 2015 que a TAP era estratégica para Portugal e com isso reverteu a sua privatização, vem hoje assumir que a TAP afinal é para (voltar a) vender.

Fake News

detetor de mentiras do Folha Nacional

Rui Tavares

No debate parlamentar de dia 21 de outubro, o deputado único do Livre, Rui Tavares, acusou o CHEGA de ter sido legalizado com assinaturas falsas.

"Eu compreendo o nervosismo de um partido que foi legalizado com assinaturas falsas no Tribunal Constitucional", comentou Rui Tavares.

Esta polémica remonta a 23 de janeiro de 2019 quando foram entregues no Tribunal Constitucional as 7.500 assinaturas para a legalização do Partido.

O problema é que foram consideradas inválidas 826 assinaturas, tendo sido entregues posteriormente mais assinaturas no TC, das quais mais algumas assinaturas foram consideradas inválidas.

No entanto, no total o Partido foi legalizado com 7.896 assinaturas, um número superior ao exigido por lei.

Por isso, as declarações do deputado são consideradas 'Fake News'.



Folha Nacional

O SEU JORNAL TAMBÉM ONLINE

LEIA ONLINE EM

www.folhanacional.pt



Folha Nacional

DIRETOR: NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA: PATRÍCIA DE CARVALHO SUB DIRETOR: RICARDO DIAS PINTO EDITOR: BERNARDO PESSANHA EMAIL: GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE: (SEDE DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 1244 MORADA DA REDAÇÃO: (SEDE DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI 16, 1200-725 LISBOA SÍTIO OFICIAL: FOLHANACIONAL.PT

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGE-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDADORES DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTE NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÃ.



ISSN 2975-819X